

T4F Entretenimento S.A.

**Informações Trimestrais (ITR) em
30 de junho de 2020
e relatório sobre a revisão de
informações trimestrais**

T4F Entretenimento S.A.

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
T4F Entretenimento S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da T4F Entretenimento S.A. (a "Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os períodos de três e seis meses findos nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias.

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

T4F Entretenimento S.A.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

Revisamos também as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 12 de agosto de 2020

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Ricardo Novaes de Queiroz
Contador CRC 1DF012332/O-2

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 30 de junho

(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		30/06/20	31/12/19	30/06/20	31/12/19			30/06/20	31/12/19		
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	6	165.641	154.740	212.937	204.649	Fornecedores	15	16.779	22.154	29.628	42.330
Títulos e valores mobiliários		5.001	5.001	5.001	5.001	Empréstimos, financiamentos e debêntures	16.a)	48.859	41.135	48.859	41.135
Contas a receber de clientes	7	27.442	66.533	33.741	76.909	Passivo de arrendamento	17	13.460	8.409	17.710	11.492
Estoques		153	350	1.037	1.223	Salários, provisões e encargos sociais		4.077	5.655	5.000	6.676
Impostos a recuperar	8	13.964	10.356	24.295	19.228	Impostos e contribuições a recolher	18	1.095	1.992	3.415	4.467
Adiantamentos a fornecedores	9	2.438	2.649	7.465	6.599	Adiantamentos de clientes	19	126.358	97.746	138.765	107.551
Custos antecipados	10	65.446	34.198	68.388	36.614	Partes relacionadas	12	40.269	28.279	-	-
Outras contas a receber	11	1.291	1.489	1.663	5.291	Outras obrigações	21	1.916	4.591	3.599	8.855
Total do ativo circulante		281.376	275.316	354.527	355.514	Total do passivo circulante		252.813	209.961	246.976	222.506
NÃO CIRCULANTE						NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo:						Empréstimos, financiamentos e debêntures	16.a)	72.000	80.000	72.000	80.000
Imposto de renda e contribuição social diferidos	28	58.565	58.503	63.865	62.529	Passivo de arrendamento	17	12.525	12.623	22.163	23.435
Depósitos judiciais	20	8.184	7.951	10.499	10.179	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	20	9.257	7.202	26.179	19.320
Custos antecipados	10	7.689	11.572	7.689	11.572	Provisão para perdas em investimentos em controladas	13.a)	35.463	26.224	-	-
Partes relacionadas	12	40.645	35.745	9.107	8.509	Imposto de renda e contribuição social diferidos	28	-	-	696	478
Total do realizável a longo prazo		115.083	113.771	91.160	92.789	Impostos e contribuições a recolher	18	637	781	934	911
Investimentos em controladas	13.a)	102.904	86.905	-	-	Total do passivo não circulante		129.882	126.830	121.972	124.144
Ágio na aquisição de investimentos	13.b)	109.715	109.715	-	-	Total do passivo		382.695	336.791	368.948	346.650
Imobilizado	14.a)	6.491	7.535	13.335	14.070	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Bens de direito de uso	14.c)	22.678	20.338	35.024	33.753	Capital social	22	243.022	243.022	243.022	243.022
Intangível:						Gastos com emissão de ações	22	(9.665)	(9.665)	(9.665)	(9.665)
Ágio na aquisição de investimentos	13.b)	-	-	128.017	123.767	Reservas de capital	22	(782)	(782)	(782)	(782)
Outros intangíveis	14.b)	2.125	678	2.900	3.381	Ações em tesouraria	22	(2.131)	(2.131)	(2.131)	(2.131)
Total do ativo não circulante		358.996	338.942	270.436	267.760	Reserva de reavaliação	14.d)	504	584	504	584
						Reservas de lucros	22	(28.201)	10.992	(28.201)	10.992
						Outros resultados abrangentes	22	54.930	35.447	54.930	35.447
						Patrimônio líquido dos acionistas controladores		257.677	277.467	257.677	277.467
						Participação dos acionistas não controladores		-	-	(1.662)	(843)
						Total do patrimônio líquido		257.677	277.467	256.015	276.624
TOTAL DO ATIVO		640.372	614.258	624.963	623.274	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		640.372	614.258	624.963	623.274

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
TRIMESTRES E SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO
(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Nota explicativa	Controladora				Consolidado			
		01/04/20 a 30/06/20	01/01/20 a 30/06/20	01/04/19 a 30/06/19	01/01/19 a 30/06/19	01/04/20 a 30/06/20	01/01/20 a 30/06/20	01/04/19 a 30/06/19	01/01/19 a 30/06/19
RECEITA LÍQUIDA	23	673	24.341	113.602	200.217	2.647	35.140	132.415	253.019
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS E DOS PRODUTOS VENDIDOS	24.b)	(5.060)	(24.433)	(119.529)	(187.630)	(8.922)	(35.338)	(136.439)	(237.505)
MARGEM BRUTA		(4.387)	(92)	(5.927)	12.587	(6.275)	(198)	(4.024)	15.514
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS									
Vendas	24.a)	(21)	(456)	(139)	(444)	(67)	(600)	(267)	(654)
Gerais e administrativas	24.a)	(6.870)	(16.506)	(10.337)	(18.004)	(9.305)	(22.646)	(15.031)	(26.654)
Remuneração dos administradores	12.2 e 24.a)	(1.784)	(3.730)	(2.474)	(3.644)	(2.046)	(4.341)	(2.581)	(3.860)
Equivalência patrimonial	13	(10.538)	(10.853)	(11.436)	(10.339)	-	-	-	-
Perdas com investimentos		-	-	4.748	(2.677)	-	-	925	(6.500)
Outras, líquidas	27	(1.778)	(1.324)	(242)	(18.483)	(3.209)	(3.547)	(1.644)	(19.864)
PREJUÍZO OPERACIONAL		(25.378)	(32.961)	(25.807)	(41.004)	(20.902)	(31.332)	(22.622)	(42.018)
RESULTADO FINANCEIRO									
Despesas financeiras	26	(2.609)	(7.290)	(2.740)	(7.620)	(2.835)	(8.035)	(4.947)	(8.741)
Receitas financeiras	26	1.351	2.383	3.226	5.653	1.485	2.702	3.693	6.324
Variação cambial e monetária, líquida	26	1.129	(1.467)	(362)	(17.096)	(3.568)	(3.154)	658	(23.871)
PREJUÍZO OPERACIONAL E ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(25.507)	(39.335)	(25.683)	(60.067)	(25.820)	(39.819)	(23.218)	(68.306)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL									
Correntes	28	-	-	1.793	-	(272)	(688)	(802)	(813)
Diferidos	28	31	62	5.649	7.501	451	776	5.800	16.614
PREJUÍZO DO PERÍODO		(25.476)	(39.273)	(18.241)	(52.566)	(25.641)	(39.731)	(18.220)	(52.505)
ATRIBUÍVEL A:									
Acionistas controladores						(25.476)	(39.273)	(18.241)	(52.566)
Acionistas não controladores						(165)	(458)	21	61
						(25.641)	(39.731)	(18.220)	(52.505)
PREJUÍZO BÁSICO POR AÇÃO - R\$	35					(0,37862)	(0,58367)	(0,27110)	(0,78123)
PREJUÍZO DILUÍDO POR AÇÃO - R\$	35					(0,37701)	(0,58119)	(0,27110)	(0,78123)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
TRIMESTRES E SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO
(Em milhares de reais)

	Controladora				Consolidado			
	01/04/20 a 30/06/20	01/01/20 a 30/06/20	01/04/19 a 30/06/2019	01/01/19 a 30/06/2019	01/04/20 a 30/06/20	01/01/20 a 30/06/20	01/04/19 a 30/06/2019	01/01/19 a 30/06/2019
PREJUÍZO DO PERÍODO	(25.476)	(39.273)	(18.241)	(52.566)	(25.641)	(39.731)	(18.220)	(52.505)
Outros resultados abrangentes que poderão ser revertidos ao resultado:								
Ajustes de conversão	-	-	-	14.662	-	-	-	14.662
Variação cambial na conversão de operações no exterior	8.012	19.483	2.473	3.958	8.012	19.483	2.473	3.958
Total do resultado abrangente do período	<u>(17.464)</u>	<u>(19.790)</u>	<u>(15.768)</u>	<u>(33.946)</u>	<u>(17.629)</u>	<u>(20.248)</u>	<u>(15.747)</u>	<u>(33.885)</u>
Total do resultado abrangente do período atribuível a:								
Acionistas controladores					(17.464)	(19.790)	(15.768)	(33.946)
Acionistas não controladores					(165)	(458)	21	61
	<u>(17.629)</u>	<u>(20.248)</u>	<u>(15.747)</u>	<u>(33.885)</u>	<u>(17.629)</u>	<u>(20.248)</u>	<u>(15.747)</u>	<u>(33.885)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de reais)

Nota explicativa	Capital social	Gastos com emissão de ações	Reservas de capital			Reservas de Lucros				Ajuste de avaliação patrimonial	Patrimônio líquido dos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido
			Pagamento baseado em ações	Efeitos em transações de capital	Reserva de reavaliação	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Prejuízo do período	Ações em Tesouraria				
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2019	243.022	(9.665)	8.099	(2.043)	776	14.679	63.781	-	(2.131)	12.651	329.169	5.311	334.480
Pagamentos baseado em ações	32	-	(8.099)	-	-	-	5.120	-	-	-	(2.979)	-	(2.979)
Dividendos adicionais propostos	22	-	-	-	-	-	(1.991)	-	-	-	(1.991)	-	(1.991)
Realização da reserva de reavaliação	22	-	-	-	(85)	-	85	-	-	-	-	-	-
Descontinuidade do pacto com acionistas Bizarro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.289)	(5.289)
Prejuízo do período	22	-	-	-	-	-	-	(52.566)	-	-	(52.566)	61	(52.505)
Outros resultados abrangentes - Ajustes de conversão	22	-	-	-	-	-	-	-	-	14.662	14.662	-	14.662
Variação cambial na conversão de operações no exterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.958	3.958	174	4.132
Resultado abrangente total do período	-	-	-	-	-	-	-	(52.566)	-	18.620	(33.946)	(5.054)	(39.000)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019	243.022	(9.665)	-	(2.043)	691	14.679	66.995	(52.566)	(2.131)	31.271	290.253	257	290.510
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2020	243.022	(9.665)	1.261	(2.043)	584	10.992	-	-	(2.131)	35.447	277.467	(843)	276.624
Realização da reserva de reavaliação	22	-	-	-	(80)	-	80	-	-	-	-	-	-
Prejuízo do período	22	-	-	-	-	-	-	(39.273)	-	-	(39.273)	(458)	(39.731)
Outros resultados abrangentes - Variação cambial na conversão de operações no exterior	22	-	-	-	-	-	-	-	-	19.483	19.483	(361)	19.122
Resultado abrangente total do período	-	-	-	-	-	-	-	(39.273)	-	19.483	(19.790)	(819)	(20.609)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020	243.022	(9.665)	1.261	(2.043)	504	10.992	80	(39.273)	(2.131)	54.930	257.677	(1.662)	256.015

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		30/06/20	30/06/19	30/06/20	30/06/19
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Prejuízo		(39.273)	(52.566)	(39.731)	(52.505)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do semestre com o caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais:					
Equivalência patrimonial	13	10.853	44.337	-	-
Depreciação e amortização	24.b)	7.861	5.358	10.773	7.819
Perdas com investimentos		-	2.677	-	6.500
Ganho com valor justo de instrumentos financeiros		-	35	-	35
Custo residual de ativos imobilizado e intangível baixados		161	73	161	73
Imposto de renda e contribuição social diferidos	28	(62)	(7.501)	(776)	(16.614)
Encargos financeiros e variação cambial sobre saldos com controladas, financiamentos, empréstimos, debêntures e obrigações fiscais		(690)	4.584	7.530	4.083
Pagamentos baseados em ações		-	180	-	180
Constituição (reversão) de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	20	1.817	(1.200)	4.384	33.738
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	24.a)	319	19	151	(1.086)
(Aumento) redução nos ativos e aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Contas a receber de clientes		39.055	57.488	42.792	83.891
Estoques		197	(168)	249	(134)
Impostos a recuperar		(3.608)	(3.192)	(4.314)	(4.330)
Adiantamentos a fornecedores		(72)	26.484	(1.069)	24.776
Outras contas a receber		198	1.278	4.188	2.721
Depósitos judiciais		(233)	59	(300)	(145)
Custos antecipados		(27.365)	11.738	(27.891)	17.056
Fornecedores		(5.375)	7.168	(13.542)	4.111
Impostos e contribuições a recolher		998	(1.601)	840	(1.747)
Salários, provisões e encargos sociais		(1.578)	(3.367)	(1.796)	(3.282)
Adiantamentos de clientes		28.612	(75.793)	29.987	(83.272)
Pagamentos de processos tributários, cíveis e trabalhistas		33	-	33	(217)
Outras obrigações		(2.675)	6.124	(5.818)	9.122
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social		(2.039)	-	(2.039)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		7.134	22.214	3.812	30.773
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Recebimento de dividendos de controladas		-	181	-	-
Ágio na aquisição de investimentos	13.b)	-	(3.000)	-	(3.008)
Aquisição de imobilizado e intangível	14	(324)	(979)	(579)	(1.130)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento		(324)	(3.798)	(579)	(4.138)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Adiantamento para futuro aumento de capital		(74)	-	-	-
Partes relacionadas		7.141	8.389	(398)	(2.408)
Pagamentos de dividendos		-	(3.982)	-	(3.982)
Pagamento de debêntures - juros		(3.408)	(4.163)	(3.408)	(4.163)
Pagamento de passivos de arrendamento - principal		(4.596)	(4.356)	(5.837)	(6.266)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de financiamento		(937)	(4.112)	(9.643)	(16.819)
VARIAÇÃO CAMBIAL SOBRE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, LÍQUIDOS		5.028	985	14.698	12.317
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		10.901	15.289	8.288	22.133
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
No início do período		154.740	148.038	204.649	196.951
No final do período		165.641	163.327	212.937	219.084
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, LÍQUIDOS		10.901	15.289	8.288	22.133

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/06/20	30/06/19	30/06/20	30/06/19
RECEITAS				
De serviços e produtos	27.893	228.606	39.418	286.644
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(319)	(19)	(151)	1.086
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Custo dos serviços prestados e dos produtos vendidos	(15.437)	(179.121)	(22.440)	(224.103)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(13.508)	(16.749)	(20.775)	(25.414)
Perda de valores ativos	-	(90)	(10)	(1.344)
VALOR ADICIONADO BRUTO	(1.371)	32.627	(3.958)	36.869
DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO	(7.861)	(5.358)	(10.773)	(7.819)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	(9.232)	27.269	(14.731)	29.050
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	(9.146)	(41.254)	(3.420)	(33.984)
Receitas financeiras e variação cambial	916	5.897	(4.195)	(10.088)
Resultado de equivalência patrimonial	(10.853)	(44.337)	-	-
Perdas em investimentos	-	(2.677)	-	(6.500)
Outras receitas	791	(137)	775	(17.396)
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	(18.378)	(13.985)	(18.151)	(4.934)
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Pessoal	8.456	7.254	10.991	10.264
Remuneração direta	6.654	5.059	8.963	7.799
Benefícios	1.349	1.696	1.522	1.892
FGTS	453	499	506	573
Impostos, taxas e contribuições	5.225	23.967	5.787	21.190
Federais	4.181	15.153	4.459	11.674
Estaduais	-	-	214	533
Municipais	1.044	8.814	1.114	8.983
Remuneração de capitais de terceiros	7.214	7.360	4.802	16.117
Juros	7.107	7.296	4.108	15.876
Aluguéis	107	64	263	241
Outras	-	-	431	-
Remuneração de capital próprio	(39.273)	(52.566)	(39.731)	(52.505)
Prejuízo do período	(39.273)	(52.566)	(39.273)	(52.566)
Participação dos acionistas não controladores	-	-	(458)	61
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO	(18.378)	(13.985)	(18.151)	(4.934)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS PARA OS TRIMESTRES E SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A T4F Entretenimento S.A. (“Companhia”), com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, é uma sociedade por ações de capital aberto com ações negociadas no segmento “Novo Mercado” da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros - BM&FBOVESPA, sob o código “SHOW3”, que, em conjunto com suas controladas (“Grupo”), têm como objeto social a administração, a promoção, a organização, a produção, o agenciamento, a programação e a execução de atividades relacionadas ao entretenimento ao vivo em geral, como eventos esportivos, artísticos, culturais, shows e espetáculos de qualquer espécie ou gênero, como também a administração e a operação de casas de espetáculos.

A Companhia administra cinco casas de espetáculos na América do Sul: UnimedHall e Teatro Renault, em São Paulo, KM de Vantagem Hall, no Rio de Janeiro, KM de Vantagem Hall, em Belo Horizonte, e o Teatro Opera Orbis Seguros, na Argentina. No exterior, as operações incluem a promoção de eventos na Argentina, Chile e Peru, através de suas controladas. Para os eventos esportivos, a Companhia é responsável pela promoção e divulgação de corridas automobilísticas de categorias, que em conjunto compõem a Stockcar o principal evento automobilístico nacional.

COVID-19 “Coronavírus”

A Companhia, vem atualizando seus acionistas e mercado em geral sobre as medidas implementadas pela Administração no gerenciamento da pandemia do COVID-19.

Vem também gerenciando uma série de planos de ação com o objetivo de minimizar os impactos à nossa comunidade e aos seus colaboradores, ao mesmo tempo atender as diversas determinações do Governo federal e estadual onde está localizada, de forma a colaborar com a prevenção da pandemia.

A rápida propagação do Coronavírus (Covid-19) está causando a paralisação de vários setores produtivos, além de confinar pessoas e fragilizar a economia mundial, sendo esta a maior crise de retração de consumo dos últimos 100 anos. Entre os diversos riscos e incertezas aos quais a Companhia está sujeita, aguarda-se das autoridades governamentais o momento da retomada das atividades operacionais, a qual foi impedida de funcionar por Decreto, sem prazo de retomada estipulado inicialmente.

A partir deste momento, nossas demonstrações financeiras foram impactadas. Trabalhamos intensamente para tentar garantir junto aos artistas, venues e demais stakeholders envolvidos no processo, o reagendamento dos nossos eventos programados para os meses subsequentes. Na maioria dos casos, conseguimos concretizar tal objetivo.

A Companhia vem monitorando os impactos econômicos desta pandemia que podem afetar seus resultados. Em 30 de junho de 2020, destacam-se:

- a) Primeira onda de ajustes, ocorrida no final de março, com redução de 30% do quadro de pessoal;
- b) Outros 17 % tiveram seus contratos suspensos por 60 dias a partir da medida provisória 937.
- c) Na segunda onda de ajustes, no início de junho, redução de 22% do quadro e redução de Jornada de Salário para 17% do quadro de pessoal, pelo prazo de 60 dias.
- d) Redução do número de integrantes do Conselho de Administração, com a renúncia de três conselheiros;
- e) Reperfilamento das debentures, alterando as condições do fluxo de pagamento de duas parcelas a serem pagas em 2020 para apenas uma, para preservar o caixa da companhia;
- f) Negociação para redução/suspensão do aluguel das venues durante o prazo de vigência do decreto que proíbe a abertura das casas de espetáculo; e

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

g) Renegociação do escopo do contrato de vários fornecedores, estipulando novos prazos de pagamento.

A Companhia entende que está tomando todas as medidas necessárias para prevenir a disseminação do COVID-19, bem como assegurar a continuidade dos negócios. Caso haja qualquer alteração desta situação, a Companhia avaliará a necessidade de implementação de medidas adicionais que poderão ser implantadas, dependendo da extensão e duração da crise, com a devida informação a todos os envolvidos.

Adicionalmente, a Companhia também adotou o trabalho remoto (home-office) para todos os colaboradores administrativos e vendas, cumprindo e colaborando com o regime de quarentena estipulado pelas autoridades. Nossas ferramentas de TI provaram-se eficazes e, juntamente com a disciplina de gestão, os colaboradores da Companhia continuam a trabalhar com o nível de produtividade usual.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

As informações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como aqueles advindos de combinações de negócios e instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

As Informações Trimestrais Financeiras da Companhia compreendem:

a) As informações financeiras individuais da controladora foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Contábil - CPC 21 "Demonstração Intermediária" e a norma internacional de contabilidade IAS 34 – "Interim Financial Reporting", aplicáveis à elaboração das informações intermediárias e estão sendo apresentadas nos termos dos referidos Pronunciamentos e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis às Informações Trimestrais – ITR. São divulgadas em conjunto com as informações financeiras consolidadas.

b) As informações financeiras consolidadas do Grupo foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Contábil - CPC 21 "Demonstração Intermediária" e a norma internacional de contabilidade IAS 34 – "Interim Financial Reporting" aplicáveis à elaboração das informações intermediárias e estão sendo apresentadas nos termos dos referidos Pronunciamentos e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis às Informações Trimestrais – ITR.

c) A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela CVM. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas a seguir (nota explicativa nº 3).

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente nas demonstrações financeiras da controladora e consolidado:

a) Princípios Gerais

Ativos, passivos, receitas e despesas são apurados de acordo com o regime de competência. A receita de venda é reconhecida na demonstração do resultado quando o controle de um bem ou serviço é transferido ao cliente. A receita é apresentada líquida de deduções, incluindo os impostos calculados sobre as vendas.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas pelo seu valor justo nas datas de encerramento dos balanços, possuem vencimentos inferiores a 90 dias, sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

c) Contas a receber de clientes

As contas a receber são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, o qual se aproxima do método de custo amortizado, reduzido de provisão para créditos de liquidação duvidosa, que é constituída a partir da análise das perdas estimadas, quanto a: (i) justificativa do cliente para o atraso; (ii) renegociação e/ou parcelamento do título; (iii) possibilidade efetiva de o recebimento concretizar-se; e (iv) histórico do cliente. A provisão é constituída para os títulos cujo recebimento é possível ou remoto. Esses valores não são ajustados a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultarem em efeito relevante nas demonstrações financeiras.

d) Custos antecipados

Referem-se principalmente a valores desembolsados antecipadamente para a realização de eventos, shows e espetáculos, sendo apropriados ao resultado à medida que os correspondentes eventos são realizados. A Administração revisa o valor contábil desses ativos com o objetivo de determinar e avaliar a deterioração em bases periódicas ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil não poderá ser recuperado.

e) Demais ativos circulante e não circulante

Apresentados ao valor de custo ou de realização, dos dois, o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos.

f) Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

g) Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, incluindo juros, quando aplicável, acrescido de reavaliação espontânea e deduzido das respectivas depreciações, calculadas pelo método linear às taxas que consideram o tempo de vida útil estimada dos bens (nota explicativa nº14). As benfeitorias em propriedades de terceiros são depreciadas pela vida útil estimada dos bens ou pelo prazo de locação dos imóveis, dos dois o menor.

h) Reserva de reavaliação

Realizada para os bens existentes em 1º de janeiro de 2006 e suportada por laudos de avaliação emitidos por peritos independentes. Os ativos reavaliados são próprios e representados por obras civis, instalações e benfeitorias em imóveis de terceiros, móveis e utensílios, equipamentos de processamento eletrônico de dados e máquinas e equipamentos, cuja reserva está sendo realizada a crédito de lucros acumulados por depreciação com base na estimativa da vida útil revisada dos bens e/ou por alienação. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, correspondentes a essa reavaliação, estão classificados no balanço patrimonial (nota explicativa nº 28).

i) Aquisições de controladas - ágio

As aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contraprestação transferida em uma combinação de negócios é mensurada ao valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos e pelos passivos incorridos pela empresa na data de aquisição para os antigos controladores da empresa adquirida e das participações emitidas pela Companhia em troca do controle da adquirida.

Aquisições efetuadas anteriormente à data de transição para as IFRS

Em atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil anteriormente à Lei nº 11.638/07, a diferença entre o valor pago e o patrimônio líquido da empresa controlada adquirida foi contabilizada como ágio, tendo como fundamento a expectativa de rentabilidade futura do negócio adquirido.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

A partir de 1º de janeiro de 2008, os ágios deixaram de ser amortizados para fins contábeis e passaram a ser avaliados por sua perspectiva de realização.

A Companhia adotou a opção oferecida pela IFRS 1 - Primeira Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade e não ajustou o ágio sobre as aquisições de empresas realizadas em exercícios anteriores a 1º de janeiro de 2008, mantendo essas aquisições pelos seus valores contábeis na data de transição.

Quando a Companhia identifica circunstâncias que indicam que o valor residual do ágio registrado pode não ser recuperado, é constituída uma provisão para refletir o valor recuperável desses ativos.

j) Outros intangíveis (excluindo ágios)

Referem-se principalmente a (i) direitos de uso de software, (ii) marcas e (iii) direitos autorais, patentes e outros direitos de propriedade industrial, de serviços e operacionais. As amortizações dos direitos de uso de software são calculadas pelo método linear às taxas que consideram o tempo de vida útil estimada (nota explicativa nº14). Quando identificado que uma licença ou direito ligado ao ativo não produz mais benefícios, ocorre a baixa do ativo contra o resultado.

k) Redução do valor recuperável do ágio

Com o objetivo de testar as perdas do valor recuperável, a Administração definiu as unidades geradoras de caixa e estas são submetidas a testes de perda do valor recuperável anualmente, ou, mais frequentemente, quando houver indicação de que a unidade possa ter perdido o seu valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for inferior ao seu valor contábil, a perda do valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade pelo critério "pro rata" com base no valor contábil de cada ativo. No caso de ativos com vida útil definida, uma perda do valor recuperável reconhecida para ágio não é revertida em um período subsequente. Na alienação de uma controlada, o valor do ágio atribuível é incluído na determinação do resultado da alienação.

l) Redução ao valor recuperável de ativos

A Administração da Companhia revisa o valor contábil dos ativos de longa duração com o objetivo de avaliar a deterioração em bases periódicas ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado.

São feitas análises para identificar as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperação dos ativos de longa duração e medir o potencial de deterioração. Os ativos são agrupados e avaliados segundo sua possível deterioração, com base nos fluxos futuros de caixa projetados durante a vida remanescente estimada dos ativos. Nesse caso, uma perda seria reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre: (i) o valor justo dos ativos menos os custos estimados para venda; e (ii) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de perda do valor recuperável pelo menos anualmente e sempre que houver uma indicação de que o ativo possa ter perdido seu valor recuperável.

Caso o valor recuperável de um ativo seja menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. Uma perda do valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Quando a perda do valor recuperável é revertida em período subsequente, o valor contábil do ativo é aumentado para a estimativa revisada de seu valor recuperável de modo que esse valor não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso não tivesse sido reconhecida nenhuma perda para o ativo em períodos anteriores. A reversão de uma perda do valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

m) Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos, os financiamentos e as debêntures são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no ingresso dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de variação monetária e dos respectivos encargos financeiros incorridos até as datas dos balanços, conforme os termos definidos contratualmente, utilizando o método de juros efetivos. Os custos de transação incorridos na captação desses recursos estão contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

n) Demais passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos de acordo com os contratos vigentes.

o) Provisões

Reconhecidas apenas quando um evento passado resulta em uma obrigação legal ou implícita, uma saída de recursos é considerada como provável e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. O valor reconhecido como provisão corresponde à melhor estimativa do pagamento necessário para liquidar a obrigação presente nas datas de encerramento dos balanços, tendo em consideração os riscos e as incertezas que cercam a obrigação.

p) Adiantamentos de clientes

A receita compreende o valor de recebimento antecipado de serviços provenientes de contratos de patrocínio, locação de suítes e camarotes nas casas de espetáculos, cessão de espaço, e vendas antecipadas de ingressos, que serão apropriados ao resultado à medida que os serviços forem prestados.

q) Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas da Companhia.

O Grupo reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada serviço e produto.

A Companhia, baseada no modelo de cinco etapas da norma: (i) identificação de contratos com clientes; (ii) identificação de obrigações de desempenho nos contratos; (iii) determinar o preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos; e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida; analisou os contratos e identificou que as obrigações de desempenho satisfazem:

Receitas de serviços: As receitas provenientes da venda de ingressos (bilheteria) são reconhecidas no momento da realização dos eventos.

As receitas de taxas de conveniência e entrega, que têm origem na venda dos ingressos via internet, pelo telefone ou nos pontos de vendas, são registradas quando da efetiva prestação do serviço.

As receitas provenientes de contratos de nomeação das casas de espetáculos (“naming rights”) são reconhecidas no resultado à medida que os serviços são prestados com base na vigência e característica dos contratos.

As receitas provenientes de contratos de patrocínios são reconhecidas quando do cumprimento e/ou da entrega de determinadas obrigações contratuais, tais como a aplicação de marcas/imagens do patrocinador nas mídias de divulgação do evento, a outorga de exclusividade no segmento de mercado do patrocinador, a concessão de direitos para utilização de marcas e imagens oficiais do evento e a concessão de direito de compra antecipada de ingressos para clientes de determinado patrocinador, entre outras.

Receitas de produtos: As vendas de alimentos, bebidas e “merchandising” são reconhecidas quando da transferência dos bens aos clientes.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

r) Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto, nos casos aplicáveis, na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, os tributos são reconhecidos também diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Exceto pelas controladas localizadas no exterior, em que são observadas as alíquotas fiscais válidas para cada um dos países em que se situam essas controladas, e pela controlada T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda., que apura o imposto de renda e a contribuição social pelo regime de apuração de lucro presumido, o Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) da Companhia e das demais controladas no Brasil são calculados às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, pelo regime de apuração de lucro real.

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada com base na legislação tributária vigente nas datas de encerramento dos balanços. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a legislação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar.

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados pelo método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis. O IRPJ e a CSLL diferidos são determinados usando as alíquotas vigentes nas datas de encerramento dos balanços e devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou, se o passivo for liquidado.

O IRPJ e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de lucro real futuro, contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os montantes de IRPJ e CSLL diferidos ativos e passivos são compensados somente quando há um direito exequível legal de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e/ou quando o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos se relacionam com o imposto de renda e a contribuição social incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis em que há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida.

s) Transações em moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio nas datas de encerramento dos balanços. Os ganhos e as perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos no resultado a título de variação cambial.

t) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da controladora e de cada uma das empresas controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam ("moeda funcional"). A moeda funcional da controladora e das controladas localizadas no Brasil é o Real. Para as controladas localizadas no exterior as moedas funcionais são: (i) Argentina: peso argentino; (ii) Chile: peso chileno; (iii) Peru: novo sol e (iv) Estados Unidos: dólar norte-americano. As demonstrações financeiras das controladas localizadas no exterior são convertidas para o real, sendo a variação cambial decorrente de tais conversões registrada no patrimônio líquido na rubrica "Outros resultados abrangentes" e reconhecida no resultado quando da realização desses investimentos. As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em reais.

Os resultados das operações e a posição financeira das controladas que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação são convertidos para a moeda de apresentação, conforme segue:

i) Os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento dos balanços;

ii) As contas de resultado são convertidas pela cotação média mensal;

iii) Todas as diferenças cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado abrangente, na rubrica "Variação cambial na conversão de operações no exterior".

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

iv) Em julho de 2018, considerando que a inflação acumulada nos últimos três anos na Argentina foi superior a 100%, a aplicação da norma de contabilidade e evidenciação em economia altamente inflacionária (IAS29) passou a ser requerida. A IAS 29 exige a divulgação dos resultados das operações da empresa na Argentina como se fossem altamente inflacionárias a partir de 1º de janeiro de 2018 (início do período em que se identifique a existência de hiperinflação).

De acordo com o IAS 29, os ativos e passivos não monetários, o patrimônio líquido e a demonstração do resultado de subsidiárias que operam em economias altamente inflacionária são corrigidos pela alteração no poder geral de compras da moeda corrente, aplicando um índice geral de preços.

As demonstrações contábeis de uma entidade cuja moeda funcional seja a moeda de uma economia altamente inflacionária, quer estejam baseadas na abordagem pelo custo histórico ou na abordagem pelo custo corrente, devem ser expressas em termos da unidade de mensuração corrente à data do balanço e convertidas para Real na taxa de câmbio de fechamento do período.

Como consequência do exposto acima, a Companhia avaliou os impactos contábeis de economia altamente inflacionária para as suas subsidiárias na Argentina nessas demonstrações contábeis consolidadas e individuais aplicando as regras da IAS 29 da seguinte forma:

- a norma de contabilidade e evidenciação de economia altamente inflacionária foi aplicada a partir de 1º de janeiro de 2018 (conforme parágrafo 4 da IAS 29, a norma deverá ser aplicada para as demonstrações contábeis de qualquer entidade desde o início do período em que se identifique a existência de hiperinflação);
- os ativos e passivos não monetários registrados pelo custo histórico (por exemplo, ativos imobilizados, ativos intangíveis, ágio, etc.) e o patrimônio líquido das subsidiárias na Argentina atualizados por um índice de inflação. Os impactos de hiperinflação resultantes de alterações no poder de compra geral até 31 de dezembro de 2017 seriam reportados nos lucros acumulados e os impactos das alterações no poder de compra geral a partir de 1º de janeiro de 2018 seriam reportados na demonstração de resultados em uma conta específica para ajuste de hiperinflação, no resultado financeiro. Conforme parágrafo 3 da IAS 29, não existe um índice geral de preços definido, mas permite que seja executado o julgamento quando a atualização das demonstrações contábeis se torna necessária;
- a demonstração de resultado seria ajustada no final de cada período de reporte utilizando a variação do índice geral de preços e, posteriormente, convertida à taxa de câmbio de fechamento de cada período (em vez da taxa média acumulada no ano para economias não altamente inflacionárias), resultando assim no acumulado do ano os efeitos, nas contas de resultado, tanto do índice de inflação quanto para conversão de moeda;

u) Apresentação de relatórios por segmento

O relatório por segmento é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é representado pela Diretoria da Companhia.

v) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros ativos e passivos são reconhecidos quando uma empresa do Grupo se torna parte do contrato que rege o instrumento. Ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da operação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (além de ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado) são adicionados ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, conforme o caso, no seu reconhecimento inicial. Os custos da operação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Classificação

Os ativos financeiros mantidos pelo Grupo são classificados em função da finalidade para a qual os ativos foram adquiridos ou contratados, na seguinte categoria:

A categoria de classificação Empréstimos e recebíveis deixou de existir, foi introduzida pela IFRS 9 a categoria Custo amortizado: são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após as datas de encerramento dos balanços, os quais são classificados como ativo não circulante. Em 30 de junho de 2020 e em dezembro de 2019, compreendem caixa e equivalentes de caixa, (nota explicativa nº 6), contas a receber de clientes (nota explicativa nº 7) e partes relacionadas (nota explicativa nº 12).

Mensuração

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados na demonstração do resultado.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado nas rubricas “Receitas financeiras” ou “Despesas financeiras”, respectivamente, no período em que ocorrem.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos

As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratadas pela Companhia e suas controladas, resumem-se em compra a termo de moeda (“Non Deliverable Forward - NDF”), que visa exclusivamente proteção contra riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial mais os fluxos de caixa projetados em moedas estrangeiras (nota explicativa nº 29.3.b).

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado pela tesouraria da Companhia com base nas informações de cada operação contratada e nas respectivas informações de mercado no encerramento dos balanços, tais como taxa de juros e cupom cambial. Nos casos aplicáveis, tais informações são comparadas com as posições informadas pelas mesas de operação de cada instituição financeira envolvida.

Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros incluem as debêntures e são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

w) Pagamentos baseados em ações

Avaliado o seu valor justo com base no modelo “Monte Carlo” na data de outorga, individualmente para cada executivo contemplado, desde a data da primeira outorga. A despesa relativa ao valor justo da contraprestação dos serviços prestados pelos executivos contemplados é reconhecida no resultado em que mais opções se tornam “vested”, ou seja, no período de competência da contraprestação dos serviços (nota explicativa nº 32).

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

x) Arrendamentos mercantis

O Pronunciamento CPC 06 (R2)/IFRS 16 altera a contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um modelo unificado de arrendamento que consiste em: (a) reconhecer inicialmente todos os arrendamentos no ativo (Bens de Direito de Uso) e passivo (Passivos de arrendamento) a valor presente; e (b) reconhecer a depreciação do Ativo de Direito de Uso e os juros do arrendamento separadamente no resultado. Contratos de arrendamento com prazo inferior a 12 meses, que possua valor imaterial ou que tenha como base valores variáveis são caracterizados como isentos dessa norma.

A Companhia avaliou os potenciais impactos em suas demonstrações financeiras decorrentes da adoção inicial da norma e optou por aplicar a abordagem de transição simplificada e não irá rerepresentar os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção. Essa avaliação foi segregada em etapas, tais como: (i) Levantamento dos contratos; (ii) abordagem de transação; (iii) mensuração do passivo inicial e ativo inicial e; (iv) impactos da adoção inicial.

De acordo com a norma CPC 06 (R2)/IFRS 16, concluiu-se que as contraprestações de arrendamento que anteriormente eram registradas como despesas de arrendamento passaram a ser reconhecidas nas linhas de depreciação e despesas financeiras. Muito embora o novo pronunciamento não trouxe nenhuma alteração no montante total que será levado ao resultado ao longo da vida útil do contrato, é correto afirmar que existe um efeito temporal no lucro líquido, no qual resulta em uma redução no início do exercício, em função principalmente do método de reconhecimento dos juros e atualização monetária associados aos arrendamentos.

y) Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado foi preparada com base nos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, abrangendo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte dessa demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

z) Novas normas, alterações e interpretações de normas.

Até 30 de junho de 2020, novas normas emitidas pelo IASB entraram em vigor, assim como outras normas emitidas entrarão em vigor nos exercícios subsequentes. A Administração da Companhia avaliou essas novas normas e não identificou efeitos significativos sobre os valores que foram ou serão reportados.

4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e as premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis às circunstâncias. A Companhia adota premissas e faz estimativas com relação ao futuro, a fim de proporcionar um entendimento de como a mesma forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, que requerem o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões relativamente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos; os resultados reais raramente serão exatamente iguais aos estimados.

Para aplicação das políticas contábeis descritas anteriormente, a Administração da Companhia e de suas controladas adotaram as seguintes premissas que podem afetar as demonstrações financeiras:

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O método do passivo de contabilização de imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data de encerramento dos balanços e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar o ativo fiscal.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis, com base em estudos técnicos de viabilidade, submetidos anualmente ao Conselho de Administração. Esses estudos consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e de suas controladas e a perspectiva de manutenção da lucratividade, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em anos futuros. Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, principalmente provisão para passivos tributários, bem como sobre provisão para perdas, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização.

b) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia avalia os instrumentos financeiros derivativos pelo seu valor justo nas datas de encerramento dos balanços, sendo a principal evidência do valor justo a consideração das cotações obtidas dos participantes do mercado. Contudo, a intensa volatilidade dos mercados de câmbio e de juros podem gerar mudanças significativas nas taxas futuras e nas taxas de juros sobre períodos muito curtos de tempo, resultando em eventuais variações significativas no valor de mercado dos “swaps” e outros instrumentos financeiros em um curto período de tempo. O valor de mercado reconhecido nas demonstrações financeiras consolidadas pode não necessariamente representar o montante de caixa que a Companhia receberia ou pagaria, conforme apropriado, se a Companhia liquidasse as transações nas datas de encerramento dos balanços.

c) Teste de redução do valor recuperável de ativos de longa duração

Existem regras específicas para avaliar a recuperação dos ativos de longa duração, especialmente imobilizado, ágio e outros ativos intangíveis (nota explicativa nº 3 (I.)). Anualmente, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de longa duração não será recuperável.

d) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos (nota explicativa nº 20). Provisões são constituídas para todos os riscos que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

e) Reconhecimento de receita

Certos contratos de patrocínio preveem a entrega de serviços e/ou direitos contratuais, que são prestados em diferentes momentos durante a vigência dos contratos, os quais requerem que a Administração faça uma análise com relação à parcela de receita relativa a cada componente do contrato e seu adequado reconhecimento.

5. CONSOLIDAÇÃO

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

Foram eliminados os investimentos na proporção da participação da investidora nos patrimônios líquidos e nos resultados das controladas, bem como os saldos ativos e passivos e as receitas e despesas decorrentes de operações entre as empresas e nas controladas, destacadas as participações dos acionistas não controladores.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

A consolidação abrange as demonstrações financeiras da Companhia e das seguintes controladas diretas e indiretas:

Controladas diretas	Participação - %		Controladas indiretas	Participação - %	
	2020	2019		2020	2019
Time for Fun Mídia Ltda.	99,99	99,99	Ticketek Argentina S.A.	100,00	100,00
Metropolitan Empreendimentos S.A.	99,99	99,99	Clemente Lococo S.A.	100,00	100,00
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	99,99	99,99	T4F Chile S.A.	100,00	100,00
T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A.	100,00	100,00	Tickets For Fun Chile S.A.	100,00	100,00
T4F USA Inc.	100,00	100,00	Promaser S.A.	100,00	100,00
Vicar Promoções Desportivas S.A.	85,00	85,00	T4F Entretenimientos Argentina S.A.	1,71	1,71
Ticket Co. SpA	100,00	100,00			
T4F Peru Entretenimientos S.A.C.	60,00	60,00			
T4F Entretenimientos Argentina S.A.	98,29	98,29			
T4F Entretenimiento Chile SpA.	100,00	100,00			
PLF Eventos S.A.(a)	60,00	60,00			

(a) Em 04 de fevereiro de 2019, a Companhia adquiriu 60% de controle da PLF Eventos S.A.

A seguir está demonstrada a totalidade dos saldos de ativos, passivos das controladas diretas e indiretas em 30 de junho de 2020 e em 31 de dezembro 2019 e a receita líquida dos semestres de 2020 e de 2019:

Controladas:	30/06/20			31/12/19		30/06/19
	Total do Ativo	Total do Passivo	Receita Líquida	Total do Ativo	Total do Passivo	Receita Líquida
Time for Fun Mídia Ltda	413	2.296	-	588	1.811	-
Metropolitan Empreendimentos S.A.	17.024	40.134	379	18.692	35.074	1.598
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	16.770	2.271	-	16.707	2.314	569
T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A. e subsidiárias indiretas	84.203	15.487	3.726	71.450	18.497	7.643
T4F USA Inc.	4.548	(4)	-	3.311	1	-
Ticket Co. SpA	18.470	7.493	1.114	17.841	8.986	2.648
Vicar Promoções Desportivas S.A.	9.447	4.717	603	12.244	5.905	7.706
T4F Peru Entretenimientos S.A.C.	7.609	12.269	-	5.962	8.992	-
T4F Entretenimiento Chile SpA.	1	1.288	-	-	950	11.315
T4F Entretenimientos Argentina S.A.	9.557	15.190	4.359	9.671	14.657	22.801
PLF Eventos S.A.	1.822	2.944	578	4.344	2.490	467

As controladas da Companhia têm os seguintes objetos sociais:

- Time for Fun Mídia Ltda. - tem como objetivo a locação, produção ou montagem de mídia exterior (outdoor) ou indoor, o agenciamento de propaganda e publicidade, execução, divulgação em veículos de imprensa falada, escrita e televisionada e marketing, promoção e programação de espetáculos e eventos artísticos, culturais e desportivos.
- Metropolitan Empreendimentos S.A. - tem como objetivo a promoção, a organização e a execução de eventos artísticos e culturais, shows e espetáculos em geral.
- T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda. - tem como objetivo a comercialização de ingressos para shows e espetáculos artísticos; o comércio de produtos alimentícios, bebidas em geral e mercadorias; a prestação de serviços de informatização de bilheterias; e a execução de serviços de produção, distribuição, comercialização e/ou intermediação de ingressos para quaisquer tipos de eventos de entretenimento em geral.
- T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A. - localizadas na Argentina, são "holdings" cujo objetivo social é o investimento em companhias constituídas na Argentina ou no exterior. A T4F Inversiones S.A. atualmente detém participação, direta ou indireta, nas seguintes companhias: T4F Entretenimientos Argentina S.A. (1,63%), Ticketek Argentina S.A. (12,3%), Clemente Lococo S.A. (95%), T4F Chile S.A. (99,31%), Tickets for Fun Chile S.A. (99,35%) e B.A. Inversiones S.A. (5%). Por sua vez, a B.A. Inversiones S.A. detém participação, direta ou indireta, nas seguintes companhias: T4F Inversiones S.A. (41,07%), T4F Entretenimientos Argentina S.A. (0,08%), Clemente Lococo S.A. (5%), Ticketek Argentina S.A. (87,7%), e T4F Chile S.A. (0,0005%).
- T4F USA Inc. - localizada nos Estados Unidos, tem por objetivo a intermediação de shows internacionais.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

- Ticket Co. SpA. - localizada no Chile, tem como objetivo principal a venda e comercialização de ingressos para shows e espetáculos artísticos.
- T4F Entrenimientos Argentina S.A. - tem como objetivo principal a produção, comercialização e organização de espetáculos ao vivo com conteúdos e artistas nacionais e internacionais.
- T4F Entrenimientos Peru S.A.C. - tem como objetivo principal a organização, promoção, produção, comercialização, administração e desenvolvimento de toda classe de eventos musicais e artísticos em geral.
- T4F Entrenimiento Chile SpA. - localizada no Chile, tem como objetivo principal a representação, organização, promoção, produção, comercialização, administração e desenvolvimento de toda classe de eventos culturais, musicais, artísticos e esportivos em geral.
- Vicar Promoções Desportivas S.A. - tem como objetivo principal a prestação de serviços de divulgação, promoção e organização na área de eventos esportivos.
- PLF Eventos S.A. - tem por objeto a produção e promoção de espetáculos musicais, entre shows e festivais de música, a comercialização de ingressos; o comércio de produtos alimentícios e bebidas em geral, e comércio de mercadorias diretamente relacionadas a indústria do entretenimento, dentre brindes e materiais promocionais em casas de espetáculos, teatros, cinemas, ginásios e estádios.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30/06/20	31/12/19	30/06/20	31/12/19
Caixa e bancos (c)	1.517	12.919	4.506	18.457
Aplicações financeiras:				
Fundo de investimento de renda fixa (a) (d)	124.643	125.000	159.378	160.646
Certificado de Depósito Bancário - CDB (b)	6.592	487	16.015	8.982
Operação compromissada - DI (b)	-	-	149	230
Time deposit (e)	32.889	16.334	32.889	16.334
Total	165.641	154.740	212.937	204.649

a) Este fundo tem como objetivo, através de uma gestão ativa nos mercados de juros, superar a performance do CDI divulgado pela CETIP, mantendo um perfil de atuação conservador. A composição é basicamente Créditos Público, Crédito Privados e FIDC de Instituições Financeiras. Nas controladas do Chile, sobre a taxa média de 0,70% a 0,89% do MPR (Monetary Policy Rate – taxa de juros básicos do Banco Central Chileno) com liquidez imediata e insignificante risco de mudança de valor.

b) CDBs e depósitos a prazo fixo com liquidez imediata, remunerados por taxas médias de 94% a 100% da variação do CDI (100% em 31 de dezembro de 2019), mantidos em instituições financeiras no Brasil. Os CDBs são classificados na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa”, por serem ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato, sem penalidade quanto aos valores resgatáveis.

c) Refere-se substancialmente a saldo em dólar na Controladora, mantido em conta corrente no exterior para fazer frente aos compromissos contratados nessa moeda.

d) Aplicações realizadas através de um agente de investimento na Argentina em carteiras diversificadas.

e) Aplicação no exterior de liquidez imediata com rendimento a taxa média de 3% ao ano sem prejuízo de resgate.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

a) São compostas por:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/20	31/12/19	30/06/20	31/12/19
Clientes faturados (i)	12.701	15.717	20.677	24.306
Bilheteria (ii)	105	33.692	1.955	36.643
Patrocínios, suítes e camarotes a faturar (iii)	15.254	17.706	19.955	24.050
Total das contas a receber	28.060	67.115	42.587	84.999
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(618)	(582)	(8.846)	(8.090)
Total	27.442	66.533	33.741	76.909

(i) Valores faturados relacionados a contratos de patrocínios, suítes e camarotes e “naming rights”.

(ii) Venda de ingressos efetuada por meio de cartão de crédito e débito a receber das administradoras.

(iii) Valores a faturar decorrentes dos serviços prestados relacionados a contratos de patrocínios, suítes e camarotes e “naming rights”.

b) A composição das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/20	31/12/19	30/06/20	31/12/19
A vencer:	26.563	64.633	30.299	70.952
Vencidas:				
Até 30 dias	103	1.300	2.329	4.910
De 31 a 60 dias	72	587	318	972
De 61 a 90 dias	704	13	795	75
De 91 a 180 dias	90	15	234	49
Há mais de 180 dias	528	567	8.612	8.041
Total das contas a receber	28.060	67.115	42.587	84.999

c) Provisão para redução das contas a receber de clientes ao valor recuperável.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2019	582	8.090
(+) Adições	50	1.427
(-) Reversões e baixas	(14)	(671)
Saldos em 30 de Junho de 2020	618	8.846

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	30/06/20	31/12/19	30/06/20	31/12/19
IRPJ/CSLL - antecipações	-	2.094	181	2.297
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	7.420	5.150	10.716	8.053
Programa de Integração Social - PIS	520	116	605	186
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	2.356	519	2.743	835
Imposto sobre Valor Agregado - IVA	-	-	5.425	4.175
Imposto sobre faturamento (i)	-	-	317	185
Impostos federais a recuperar	3.668	2.477	4.308	3.497
Total	13.964	10.356	24.295	19.228

(i) Imposto sobre receita bruta, cuja alíquota varia entre 3% e 4%, retido pelas administradoras de cartão de crédito quando do pagamento às controladas na Argentina das vendas de ingressos através desse meio de pagamento. A compensação ocorre à medida que o fato gerador do imposto acontece. Como os ingressos são vendidos com relativa antecedência à data de realização dos espetáculos, o imposto é retido antes que a obrigação do recolhimento exista de fato e, portanto, o direito à compensação está assim registrado.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

9. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	30/06/20	31/12/19	30/06/20	31/12/19
Eventos, shows e espetáculos contratados (i)	1.433	1.885	7.254	5.535
Outros	1.005	764	211	1.064
Total	2.438	2.649	7.465	6.599

(i) Referem-se a adiantamentos efetuados a fornecedores de eventos, shows e espetáculos, ainda não faturados pelos respectivos fornecedores, cujo reconhecimento no resultado ocorrerá à medida que forem realizados os respectivos eventos.

10. CUSTOS ANTECIPADOS

	Controladora		Consolidado	
	30/06/20	31/12/19	30/06/20	31/12/19
Eventos, shows e espetáculos contratados	70.531	44.049	72.717	45.943
Outros	2.604	1.721	3.360	2.243
Total	73.135	45.770	76.077	48.186
Circulante	65.446	34.198	68.388	36.614
Não Circulante (i)	7.689	11.572	7.689	11.572

(i) Refere-se a pagamento contratuais antecipados para eventos a serem realizados entre 2021 a 2024.

11. OUTRAS CONTAS A RECEBER

	Consolidado	
	30/06/20	31/12/19
Bilheteria a receber de terceiros (i)	6	3.609
Reembolso de Contingências (ii)	1.289	1.289
Outros	368	393
	1.663	5.291

(i) Refere-se a valores a receber na Ticketek Argentina S.A. na venda de ingressos de shows de terceiros.

(ii) Referem-se a ações de naturezas cíveis, fiscais e trabalhistas registrados na rubrica "Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas" (nota explicativa nº 20) de responsabilidade de terceiros. Com base nos contratos firmados, estas ações possuem garantias de ressarcimento integral por parte de terceiros.

12. PARTES RELACIONADAS

Em 30 de junho de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, a Companhia manteve transações com partes relacionadas conforme detalhado a seguir:

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

12.1. Transações com empresas relacionadas

Controladora:

Categoria	30/06/20			31/12/19			30/06/19		
	Ativo não circulante	Passivo circulante	(Despesa) Receita	Ativo não circulante	Passivo circulante	(Despesa) Receita	Ativo não circulante	Passivo circulante	(Despesa) Receita
Time for Fun Mídia Ltda.	Controlada	-	263	-	30	-	-	-	-
CIE Internacional S.A. de C.V. (i)	Acionista	6.412	-	200	6.213	-	-	-	230
Metropolitan Empreendimentos S.A. (v)	Controlada	22.257	-	(156)	18.541	-	-	-	(1.111)
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	Controlada	1.875	-	-	1.875	-	-	-	-
T4F Chile S.A. (ii)	Controlada indireta	-	34.484	(9.418)	-	25.066	-	-	(131)
T4F Entretenimientos Argentina S.A. (vi)	Controlada	3.282	-	945	2.337	-	-	-	(72)
T4F USA Inc. (iii)	Controlada	-	4.421	(1.208)	-	3.213	-	-	(26)
Vicar Promoções Desportivas S.A.	Controlada	181	-	543	835	-	-	-	525
T4F Peru Entretenimientos S.A. (iv)	Controlada	6.638	-	2.022	4.710	-	-	-	82
PLF Eventos S.A.	Controlada	-	1.101	(291)	1.204	-	-	-	-
Total		40.645	40.269	(7.363)	35.745	28.279	-	-	(503)

Consolidado:

Categoria	30/06/20		31/12/19		30/06/19	
	Ativo não circulante	(Despesa) Receita	Ativo não circulante	(Despesa) Receita	Ativo não circulante	(Despesa) Receita
CIE Internacional S.A. de C.V.	Acionista	6.866	200	6.584	230	-
ACT Peru S.A.C	Outras partes relacionadas	2.241	-	1.925	-	-
Total		9.107	200	8.509	230	-

(i) A Companhia e suas controladas mantêm, com seus ex-acionistas controladores CIE Internacional S.A. e com o atual acionista controlador, contratos em que estes se responsabilizam por contingências de qualquer natureza, relativas a fatos ocorridos entre 1º de dezembro de 2000 e 14 de maio de 2007. Desta forma, quando eventuais pagamentos de processos deste período ocorrem, tais valores são acrescidos a estes saldos.

(ii) Em 14 de dezembro de 2009, a Companhia contraiu empréstimo, na forma de contrato de mútuo, com a controlada T4F Chile S.A., no montante de US\$ 5.500 mil. O empréstimo é atualizado anualmente pela taxa LIBOR e por juros de 1%.

(iii) Representa principalmente o valor a pagar do contrato de mútuo assinado em junho de 2016, entre a Companhia e a controlada T4F USA S.A., no montante de US\$ 700 mil. O empréstimo é atualizado anualmente pela taxa LIBOR e por juros de 2%.

(iv) Representa principalmente o valor a receber do contrato de mútuo assinado em novembro de 2014, entre a Companhia e a controlada T4F Peru Entretenimientos S.A., no montante de US\$ 6.800 mil, após capitalização o montante passou a ser de US\$ 2.200 mil. O empréstimo é atualizado anualmente por juros de 7,6%. Em abril de 2017 e em abril de 2019 a Companhia assinou contrato no montante de US\$ 800 com taxa anual de atualização de LIBOR+3%. Em abril de 2019, após amortização, o valor do montante passou a ser de US\$ 1.210.

(v) Refere-se a valores que a controlada recebeu para custos da operação no período.

(vi) Representa principalmente o valor a receber dos contratos assinados entre a Companhia e a controlada T4F Entretenimientos Argentina S.A. em setembro, outubro e novembro de 2018, no montante de US\$ 4.500 mil atualizado pela taxa LIBOR e por juros de 2,4% a.a. Em abril de 2019, após amortização, o valor do montante passou a ser de US\$ 1.123.

Os demais saldos referem-se a transferências mútuas entre as partes relacionadas para pagamento de despesas não sujeitas a encargos financeiros nem prazo determinado de vencimento.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

12.2 Remuneração dos administradores

A remuneração total dos administradores da Companhia está assim composta:

Controladora	30/06/20				30/06/19			
	Fixa	Variável	Baseada em ações	Total	Fixa	Variável	Baseada em ações	Total
Conselho de Administração	206	-	-	206	157	-	-	157
Conselho Fiscal	160	-	-	160	160	-	-	160
Diretores estatutários	2.571	55	-	2.626	1.740	761	826	3.327
Partes relacionadas	738	-	-	738	-	-	-	-
Total	3.675	55	-	3.730	2.057	761	826	3.644

Consolidado	30/06/20				30/06/19			
	Fixa	Variável	Baseada em ações	Total	Fixa	Variável	Baseada em ações	Total
Conselho de Administração	206	-	-	206	157	-	-	157
Conselho Fiscal	160	-	-	160	160	-	-	160
Diretores estatutários	2.856	55	-	2.911	1.956	761	826	3.543
Partes relacionadas	1.064	-	-	1.064	-	-	-	-
Total	4.286	55	-	4.341	2.273	761	826	3.860

Os administradores não recebem: (i) benefícios pós-emprego; (ii) outros benefícios de longo prazo e (iii) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

13. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

a) Informações das controladas

a.1) 30 de junho de 2020

Controladas diretas ou indiretas	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do semestre	Participação - %	Equivalência patrimonial	Provisão para perdas em controladas	Investimentos em controladas
Time for Fun Mídia Ltda	(1.883)	(659)	99,99	(659)	(1.883)	-
PLF Eventos S.A.	(1.122)	259	60,00	156	(673)	-
Metropolitan Empreendimentos S.A.	(23.110)	(6.728)	99,99	(6.728)	(23.110)	-
T4F Entretenimientos Argentina S.A. (i)	(5.633)	862	98,29	862	(5.633)	-
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	14.499	107	99,99	106	-	14.500
T4F Inversiones S.A. e B.A Inversiones S.A.	68.716	(2.555)	100,00	(2.555)	-	68.716
T4F USA Inc.	4.552	49	100,00	49	-	4.552
Ticket Co. SpA.	10.977	(141)	100,00	(141)	-	10.977
T4F Peru Entretenimientos S.A.C.	(4.660)	(802)	60,00	(481)	(2.877)	-
T4F Entretenimiento Chile SpA.	(1.287)	(94)	100,00	(94)	(1.287)	-
Vicar Promoções Desportivas S.A.	4.730	(1.607)	85,00	(1.368)	-	4.022
Adiantamentos para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	137
Total				(10.853)	(35.463)	102.904

(i) inclui o percentual da participação indireta de 1,71% da T4F Entretenimientos Argentina S.A.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

a.2) 31 de dezembro de 2019

<u>Controladas diretas ou indiretas</u>	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Lucro líquido (prejuízo) do semestre</u>	<u>Participação - %</u>	<u>Equivalência patrimonial</u>	<u>Provisão para perdas em controladas</u>	<u>Investimentos em controladas</u>
Time for Fun Mídia Ltda	(1.223)	(1.582)	99,99	(1.582)	(1.223)	-
PLF Eventos S.A.	1.854	(1.481)	60,00	(889)	(829)	1.941
Metropolitan Empreendimentos S.A.	(16.382)	(8.572)	99,99	(8.572)	(16.382)	-
T4F Entretenimientos Argentina S.A.	(4.986)	(2.226)	98,29	(2.226)	(4.986)	-
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	14.393	(809)	99,99	(809)	-	14.393
T4F Inversiones S.A. e B.A Inversiones S.A.	52.953	(21.022)	100,00	(21.022)	-	52.953
T4F USA Inc.	3.310	102	100,00	102	-	3.310
Ticket Co. SpA.	8.855	533	100,00	533	-	8.855
T4F Peru Entretenimientos S.A.C	(3.030)	(403)	60,00	(242)	(1.854)	-
T4F Bizarro Producciones SpA.	(950)	(5.527)	100,00	(5.527)	(950)	-
Vicar Promoções Desportivas S.A.	6.339	(2.680)	85,00	(2.278)	-	5.390
Adiantamentos para futuro aumento de capital				-	-	63
Total				(42.512)	(26.224)	86.905

a.3) Movimentação da rubrica "Investimentos em controladas" e "Provisão para perdas em investimentos em controladas" em 30 de junho de 2020 e em 31 de dezembro de 2019.

	<u>Controladora</u>	<u>Controladora</u>
	<u>30/06/20</u>	<u>30/06/19</u>
Saldo inicial do investimento líquido	60.681	81.010
Equivalência patrimonial	(10.853)	(10.339)
Variação cambial na conversão de investimentos no exterior	19.480	3.958
Ajustes de conversão	-	14.662
Aquisição de investimentos	-	60
Reclassificação para outros intangíveis	(1.941)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	74	-
Perdas com investimentos	-	(2.677)
Saldo final do investimento líquido	<u>67.441</u>	<u>86.674</u>
Provisão para perdas em investimentos em controladas	<u>35.463</u>	<u>42.308</u>
Saldo final do investimento líquido da provisão para perdas	<u>102.904</u>	<u>128.982</u>

b) **Ágio na aquisição de investimentos**

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/20</u>	<u>31/12/19</u>	<u>30/06/20</u>	<u>31/12/19</u>
Vicar Promoções Desportivas S.A. (i)	9.244	9.244	9.244	9.244
Metropolitan Empreendimentos S.A. (ii)	36.269	36.269	36.269	36.269
T4F Entretenimento S.A.	213.625	213.625	213.625	213.625
Provisão para baixa do saldo do ágio	(213.625)	(213.625)	(213.625)	(213.625)
T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A. (iii)	83.205	83.205	83.205	83.205
Perdas por redução ao valor recuperável (iii)	(20.002)	(20.002)	(20.002)	(20.002)
PLF Eventos S.A.	999	999	999	999
Empresas adquiridas na Argentina (iv)	-	-	18.302	14.052
Total	<u>109.715</u>	<u>109.715</u>	<u>128.017</u>	<u>123.767</u>

O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração para um período de cinco anos.

(i) **Ágio originado na aquisição de participação societária da Controladora na Vicar, o qual está devidamente fundamentado economicamente por rentabilidade futura.**

(ii) Em maio de 2007, em conexão com o processo de reorganização societária, a ADTSPE, incorporada pela Companhia em 30 de junho de 2007, adquiriu 85% do capital social da Metropolitan Empreendimentos S.A., que gerou um ágio ajustado de R\$ 40.298, mantido nos livros contábeis pelo seu valor integral, permanecendo válidos todos os fundamentos econômicos que justificaram sua origem.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

(iii) A operação de integralização de capital mediante conferência de participações societárias nas empresas B.A. Inversiones S.A. e T4F Inversiones S.A., realizadas em 2007, gerou referido ágio, mantido nos livros contábeis pelo seu valor integral, permanecendo válidos todos os fundamentos econômicos que deram sua origem. Em 31 de dezembro de 2014, quando submetido ao teste de "impairment", utilizando o fluxo de caixa com base nas projeções financeiras, foi reconhecida uma provisão para perda por redução ao valor recuperável de R\$ 20.002, classificada na rubrica de "Outras despesas operacionais" na demonstração do resultado. Entre outros, os seguintes principais fatores resultaram no reconhecimento do impairment: não renovação de alguns conteúdos e o aumento dos custos de operação em moeda estrangeira.

(iv) As controladas B.A. Inversiones S.A. e T4F Inversiones S.A. adquiriram a totalidade das ações das empresas Pop Art S.A., Ticketek Argentina S.A. e Clemente Lococo S.A., operações que geraram referido ágio. O valor foi impactado pelos efeitos da variação cambial na conversão e pela hiperinflação na Argentina.

14. IMOBILIZADO E OUTROS INTANGÍVEIS

a) Composição do imobilizado

	Controladora		Consolidado	
	30/06/20	31/12/19	30/06/20	31/12/19
Custo reavaliado:				
Terrenos	-	-	83	72
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros	77.557	77.420	114.695	109.730
Móveis e utensílios	4.275	4.198	8.630	8.150
Máquinas e equipamentos	13.595	13.580	20.250	19.810
Equipamentos de processamento de dados	5.838	5.867	11.024	10.108
Estruturas	9.607	9.644	9.745	9.782
Veículos	746	746	5.938	5.938
Imobilizado em andamento	46	117	49	120
Total	111.664	111.572	170.414	163.710

	Taxa média anual de depreciação e amortização - %	Controladora		Consolidado	
		30/06/20	31/12/19	30/06/20	31/12/19
Depreciação acumulada:					
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros	14	(75.768)	(75.343)	(108.041)	(103.113)
Móveis e utensílios	6	(3.469)	(3.360)	(7.443)	(6.905)
Máquinas e equipamentos	13	(10.884)	(10.473)	(16.488)	(15.623)
Equipamentos de processamento de dados	20	(5.217)	(5.158)	(9.996)	(9.027)
Estruturas	15	(9.244)	(9.156)	(9.332)	(9.238)
Veículos	20	(591)	(547)	(5.779)	(5.734)
Total		(105.173)	(104.037)	(157.079)	(149.640)

	Controladora		Consolidado	
	30/06/20	31/12/19	30/06/20	31/12/19
Imobilizado líquido:				
Terrenos	-	-	83	72
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros	1.789	2.077	6.654	6.617
Móveis e utensílios	806	838	1.187	1.245
Máquinas e equipamentos	2.711	3.107	3.762	4.187
Equipamentos de processamento de dados	621	709	1.028	1.081
Estruturas	363	488	413	544
Veículos	155	199	159	204
Imobilizado em andamento	46	117	49	120
Total	6.491	7.535	13.335	14.070

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Em 1º de janeiro de 2006, foi contabilizada a reavaliação de R\$ 31.265, e os ativos reavaliados (obras civis em propriedades de terceiros, instalações, móveis e utensílios, máquinas e equipamentos e equipamentos de processamento de dados) passaram a ser depreciados linearmente de acordo com sua nova vida útil, exceção feita a obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros, que passaram a ser depreciados de acordo com os prazos contratuais de locação dos imóveis.

b) Composição de outros intangíveis

Representa substancialmente as licenças de uso de software e direitos autorais, patentes e outros direitos de propriedade industrial, de serviços e operacionais, conforme segue:

	Taxa média anual de depreciação e amortização - %	Controladora		Consolidado	
		30/06/20	31/12/19	30/06/20	31/12/19
		Custo	-	13.515	11.543
Amortização	20	(11.390)	(10.865)	(14.631)	(13.235)
Total		2.125	678	2.900	3.381

c) Composição dos bens de direito de uso

Representa substancialmente os contratos de locação das casas de espetáculo, conforme segue:

	Taxa média anual de depreciação e amortização - %	Controladora		Consolidado	
		30/06/20	31/12/19	30/06/20	31/12/19
		Custo		37.333	28.831
Amortização	40	(14.655)	(8.493)	(19.659)	(11.733)
Total		22.678	20.338	35.024	33.753

d) Composição do imobilizado reavaliado

Controladora:

	30/06/20		31/12/19	
	Reavaliação	Depreciação acumulada da reavaliação	Valor residual da reavaliação	Valor residual da reavaliação
	Obras civis em propriedades de terceiros	25.334	(25.334)	-
Móveis e utensílios	455	(389)	66	80
Máquinas e equipamentos	1.893	(1.254)	639	740
Equipamentos de processamento de dados	171	(120)	51	53
Equipamentos Aurolights - incorporação	158	(152)	6	11
	28.011	(27.249)	762	884
Efeitos tributários (34% - IRPJ e CSLL)			(258)	(300)
Reserva de reavaliação remanescente no patrimônio líquido			504	584

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Consolidado:

	30/06/20		31/12/19	
	Reavaliação	Depreciação acumulada da reavaliação	Valor residual da reavaliação	Valor residual da reavaliação
Obras civis em propriedades de terceiros	25.334	(25.334)	-	-
Móveis e utensílios	1.005	(925)	80	104
Máquinas e equipamentos	3.645	(2.643)	1.002	1.127
Equipamentos de processamento de dados	226	(173)	53	55
Equipamentos Aurolights - incorporação	158	(152)	6	11
	<u>30.368</u>	<u>(29.227)</u>	<u>1.141</u>	<u>1.297</u>
Efeitos tributários (34% - IRPJ e CSLL)			(388)	(441)
Eliminações do consolidado			(249)	(272)
Reserva de reavaliação registrada no patrimônio líquido			<u>504</u>	<u>584</u>

(i) Reserva de reavaliação reflexa na controlada Metropolitan Empreendimentos S.A.

e) Mutação do imobilizado

	Controladora		Consolidado	
	30/06/20	31/12/19	30/06/20	31/12/19
Saldo inicial	7.535	7.775	14.070	15.927
Adições:				
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedade de terceiros	137	1.081	137	1.149
Móveis e utensílios	79	110	107	138
Máquinas e equipamentos	15	211	15	253
Equipamentos de processamento de dados	5	536	157	1.657
Estruturas	8	450	8	450
Imobilizado em andamento	46	-	46	-
Total de adições	<u>290</u>	<u>2.388</u>	<u>470</u>	<u>3.647</u>
Baixas líquidas	(161)	(500)	(161)	(536)
Depreciação	(1.173)	(2.128)	(2.137)	(3.390)
Efeitos de variação cambial	-	-	1.093	(1.578)
	<u>(1.334)</u>	<u>(2.628)</u>	<u>(1.205)</u>	<u>(5.504)</u>
Saldo final	<u>6.491</u>	<u>7.535</u>	<u>13.335</u>	<u>14.070</u>

A Companhia ofereceu como garantia equipamentos de processamento de dados, máquinas e equipamentos e móveis e utensílios no montante de R\$ 67, em decorrência de execuções fiscais e reclamações trabalhistas e de consumidores.

A Companhia avaliou e concluiu que não possui imobilizado em construção/andamento que justifique a capitalização de encargos financeiros no custo do bem.

Determinados itens do ativo imobilizado são utilizados conforme a demanda dos espetáculos/eventos, podendo estar ociosos temporariamente, mas não obsoletos ou fora de uso. Em 30 de junho de 2020, há aproximadamente R\$ 15.153, ainda em uso, totalmente depreciados.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

f) Mutação do intangível

	Controladora		Consolidado	
	30/06/20	31/12/19	30/06/20	31/12/19
Saldo inicial	678	1.933	3.381	3.113
Adições:				
Software	32	-	128	132
Marcas e patentes	-	-	-	1.640
Outros direitos de propriedade industrial, de serviços e operacionais	-	-	-	301
Total de adições	710	1.933	3.509	5.186
Amortização ¹	(526)	(1.010)	(710)	(1.332)
Baixas líquidas e efeitos de variação cambial	-	(245)	101	(473)
Reclassificação ²	1.941	-	-	-
	1.415	(1.255)	(609)	(1.805)
Saldo final	2.125	678	2.900	3.381

(1) A amortização é contabilizada como custo dos serviços prestados e dos produtos vendidos (nota explicativa nº 24.b).

(2) Reclassificação entre as rubricas de investimentos em controladas e outros intangíveis.

g) Mutação do bens de direito de uso

	Controladora		Consolidado	
	30/06/20	31/12/19	30/06/20	31/12/19
Adoção inicial - IFRS16/CPC 06 (R2) em 1º de janeiro de 2019	-	21.458	-	37.254
Saldo inicial	20.338	-	33.753	-
Adições	7.241	7.278	7.241	7.278
Remensuração	1.261	95	1.956	955
Amortização	(6.162)	(8.493)	(7.926)	(11.734)
Saldo final	22.678	20.338	35.024	33.753

15. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	30/06/20	31/12/19	30/06/20	31/12/19
Fornecedores nacionais	7.137	12.682	19.805	32.353
Fornecedores estrangeiros	9.642	9.472	9.823	9.977
Total	16.779	22.154	29.628	42.330

16. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Modalidade	Taxa média anual de juros	Vencimentos	Controladora		Consolidado	
			30/06/20	31/12/19	30/06/20	31/12/19
Debêntures (a)	CDI + 1,88%	2022	120.859	121.135	120.859	121.135
Total			120.859	121.135	120.859	121.135
Parcela do passivo circulante			48.859	41.135	48.859	41.135
Parcela do passivo não circulante			72.000	80.000	72.000	80.000

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, R\$ 24.000 em 2021 e R\$ 48.000 em 2022.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

a) Debêntures

A Companhia celebrou, em 05 de novembro de 2018, o Instrumento Particular de Escritura da terceira emissão pública de Debêntures Simples, não conversíveis em ações. Foram emitidas 120 debêntures, série única, no valor total da emissão de R\$ 120.000, conforme autorizado em Assembleia Geral Extraordinária de 05 de novembro de 2018.

As emissões foram realizadas nos termos da Instrução CVM nº 476 e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Em 30 de junho de 2020, a Companhia está em conformidade com todas as cláusulas restritivas previstas na escritura de emissão das debêntures.

Em 04 de maio de 2020 foi realizada assembleia geral de debenturistas de sua 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real ("Debêntures" e "Emissão", respectivamente), na qual foi aprovada, por unanimidade, a alteração dos seguintes termos e condições das Debêntures:

Condição alterada	Original	Nova
Amortização periódica do valor e nominal unitário	Em seis parcelas semestrais, iguais e consecutivas, com início em 5 de maio de 2020.	Em cinco parcelas semestrais, iguais e consecutivas, com início em 5 de novembro de 2020.
Remuneração	100% da variação da taxa DI, acrescida de sobretaxa de 1,6225% ao ano, ambos na base 252 dias úteis.	100% da variação da taxa DI, acrescida de sobretaxa de 1,8800% ao ano, ambos na base 252 dias úteis.

As debêntures são garantidas por: i) Cessão de recebíveis de cartões (com medição periódica); ii) Cessão de direitos creditórios provenientes de contratos de patrocínio (naming rights).

17. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

Modalidade	Taxa média anual de juros	Vencimentos	Controladora		Consolidado	
			30/06/20	31/12/19	30/06/20	31/12/19
Passivo de arrendamento	CDI + 1,6225%	2024	25.985	21.032	39.873	34.927
Total			25.985	21.032	39.873	34.927
Parcela do passivo circulante			13.460	8.409	17.710	11.492
Parcela do passivo não circulante			12.525	12.623	22.163	23.435

Dos contratos que foram impactados pela norma CPC 06 (R2)/IFRS 16, a Companhia considerou os contratos de aluguel de longo prazo das casas de espetáculo. A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis, nos quais consideramos as renovatórias com prazos de cinco anos e de acordo com a intenção da Companhia quanto a certeza da renovação. Esses fluxos de pagamentos são ajustados a valor presente, considerando a taxa de desconto que foi baseada na taxa de captação da Companhia (CDI + 1.6225%).

A movimentação de saldos do passivo de arrendamento é apresentada abaixo:

	Controladora	Consolidado
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2020	21.032	34.927
Juros do período	1.046	1.586
Adição por novos contratos	7.241	7.241
Contraprestação paga	(4.596)	(5.837)
Ajuste por remensuração	1.262	1.956
Saldo final em 30 de junho de 2020	25.985	39.873

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Conforme exigência no CPC 06 (R2), a Companhia apresenta no quadro abaixo a análise de maturidade de seus contratos, prestações não descontadas, conciliadas com saldo em 30 de junho de 2020:

	Controladora	Consolidado
Vencimento das prestações		
2020	8.685	11.697
2021	12.423	16.676
2022	3.623	7.876
2023	2.741	6.994
2024	912	912
Valores não descontados	28.384	44.155
Juros embutidos	(2.399)	(4.282)
Saldo do passivo de arrendamento em 30 de junho de 2020	25.985	39.873

Abaixo é apresentado o indicativo do direito potencial de PIS e COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento:

	Nominal	Ajustado valor Presente
Fluxos de Caixa		
Contraprestação do arrendamento	28.384	25.985
PIS/COFINS potencial (9,25%)	2.626	2.404

18. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	30/06/20	31/12/19	30/06/20	31/12/19
COFINS a recolher	12	2	24	244
PIS a recolher	3	-	5	53
Imposto Sobre Serviços - ISS	656	1.393	830	2.097
IRPJ e CSLL a recolher	-	-	1.686	1.042
Programa de Recuperação Fiscal - Refis (a) (b)	320	315	320	315
Imposto sobre faturamento (c)	-	-	178	53
IVA - imposto de valor agregado	-	-	44	143
ICMS a recolher - faturamento	-	11	-	11
INSS de terceiros a recolher	97	154	208	283
Outros	7	117	41	154
Parcelamento de impostos de controladas no exterior (d)	-	-	79	72
Passivo circulante	1.095	1.992	3.415	4.467
Parcelamento de ISS (b)	482	626	482	626
Programa de Recuperação Fiscal - Refis (a)	155	155	155	155
Parcelamento de impostos de controladas no exterior (d)	-	-	297	130
Passivo não circulante	637	781	934	911

(a) Em 27 de maio de 2009, o Governo Federal publicou a Lei nº 11.941, a qual, entre outras alterações na legislação tributária, trouxe um novo parcelamento de débitos tributários administrados pela Receita Federal do Brasil, pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, e de débitos para com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN. A Companhia aderiu a referidos parcelamentos tendo em vista a existência de determinados débitos que, até então, vinha discutindo em esfera administrativa e/ou judicial. O saldo objeto do parcelamento, de R\$ 5.599, foi parcelado em 120 meses com início em junho de 2011. Em 30 de junho de 2020, o saldo remanescente é de R\$ 155 (R\$ 155 em 31 de dezembro de 2019). O presente saldo foi objeto de quitação com crédito de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social conforme previsto na Portaria Conjunta PGFN / RFB Nª15/2014, e homologado pela Receita Federal do Brasil no segundo semestre de 2019.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

(b) Parcelamentos de débitos tributários: em 8 de julho de 2011, a Prefeitura do Município de São Paulo publicou a Lei nº 15.406, a qual, entre outras alterações, trouxe a reabertura do prazo para o ingresso no Programa de Parcelamento Incentivado (PPI), instituído pela Lei nº 14.129 de 2006, nos termos que especifica um parcelamento de débitos tributários.

Conforme regras definidas, para o cumprimento da primeira etapa dos parcelamentos, a Companhia, fez requerimento de adesão ao citado parcelamento em agosto de 2011 para certos débitos que até então vinha discutindo em esfera administrativa e/ou judicial e cuja probabilidade de perda era considerada como possível. A consolidação destes parcelamentos foi concretizada em 30 de agosto de 2011 sendo que, nesta data, a Companhia desistiu definitivamente das discussões cujos tributos foram objeto de pleito de parcelamento, negociado para pagamento em 120 meses. Em 30 de junho de 2020 os referidos débitos tributários inscritos no parcelamento totalizam R\$ 802 (R\$ 942 em 31 de dezembro de 2019).

(c) Imposto sobre a receita bruta, cuja alíquota varia entre 3% e 4%, incidente nas controladas da Argentina.

(d) Em 30 de junho de 2020 a controlada no exterior T4F Entertainments Argentina S.A é participante de programas de negociação de impostos com as autoridades fiscais locais para parcelamento de débitos tributários oriundos de: (i) impostos sobre o faturamento (adesão feita em 2015, com período total negociado em 120 meses, com saldo remanescente a ser liquidado em 59 meses).

19. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	30/06/20	31/12/19	30/06/20	31/12/19
Contratos de "naming rights" (a)	4.805	6.391	4.805	6.391
Patrocínios, suítes e camarotes (b.1)	16.669	9.859	29.073	19.663
Eventos privados (b.2)	3.885	638	3.888	639
Vendas antecipadas de ingressos (c)	100.999	80.858	100.999	80.858
Total	126.358	97.746	138.765	107.551

(a) Contratos de "naming rights": consistem em contratos de patrocínio cujo objetivo é outorgar ao patrocinador o direito de dar nome às casas de espetáculos ou a evento específico, mediante pagamento de determinado valor. Os contratos fixam termos e condições em que o patrocinador terá o direito de nomear determinado espaço ou evento, como forma de divulgação de sua marca. Em 30 de junho de 2020 os valores a serem apropriados na controladora e no consolidado são de R\$ 1.680 em 2020, R\$ 2.881 em 2021 e R\$ 244 em 2022.

(b) Contratos: patrocínios, suítes, camarotes e eventos privados.

(b.1) Patrocínios: os contratos têm como objetivo o cumprimento e entrega de determinadas obrigações, tais como a aplicação de marcas/imagens do patrocinador as mídias de divulgação do evento, a outorga de exclusividade no segmento de mercado do patrocinador, a concessão de direitos para utilização de marcas e imagens oficiais do evento e a concessão de direito de compra antecipada de ingressos para clientes de determinado patrocinador, entre outras.

Suítes e camarotes: tais contratos têm como objetivo a cessão, de suítes ou camarotes localizados no interior das casas de espetáculos, por período determinado.

(b.2) Eventos privados: tais contratos têm como objetivo a cessão, dos direitos de uso de parte das dependências de casas de espetáculos, para fins de produção e realização de eventos privados, em datas determinadas.

(c) Vendas antecipadas de ingressos: referem-se a vendas antecipadas de ingressos, recebidas em espécie ou em cartão de crédito, dos eventos, shows e espetáculos promovidos e organizados pela Companhia e por suas controladas.

20. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em contingências que incluem processos tributários, trabalhistas e cíveis em andamento, os quais envolvem responsabilidades contingentes. A Administração adota o critério de registrar as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas com base nas avaliações de risco de perda provável.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

A composição dos valores provisionados para os questionamentos judiciais é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/20	31/12/19	30/06/20	31/12/19
Trabalhistas	4.619	4.470	7.898	5.750
Cíveis	4.441	2.537	7.274	4.671
Tributários	197	195	11.007	8.899
Total	9.257	7.202	26.179	19.320
Não circulante	9.257	7.202	26.179	19.320

Em 2013 os Serviços de Impostos Internos do Chile (SII) autuaram a T4F Chile para a cobrança de impostos, na ordem de R\$ 40 MM, por eventos ocorridos nos anos de 2010 a 2012, referentes: (i) à base de impostos recolhidos sobre os cachês de artistas; (ii) a remessas enviadas ao exterior em razão de diversos eventos realizados nos anos de 2010 a 2012; (iii) à data de envio da declaração e pagamento dos impostos retidos sobre as remessas realizadas em decorrência dos eventos realizados; e (iv) ao imposto de renda retido na fonte em determinados tipos de contratos.

Ainda em 2013, a Companhia propôs ação judicial contra os Serviços de Impostos Internos do Chile, visando anular as supostas infrações autuadas. Em 2019, foi prolatada sentença que julgou parcialmente procedente a ação movida pela Companhia, estando pendente de julgamento o recurso interposto pelos Serviços de Impostos Internos do Chile (SII). Após o julgamento parcialmente favorável à Companhia, os valores envolvidos ainda em litígio foram classificados com probabilidade de perda provável no valor de R\$ 11.040 MM, e com probabilidade de perda remota no importe de R\$ 7.350 MM, para 30 de junho de 2020.

20.1) Provisões tributárias

Em 30 de junho de 2020, a Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos tributários classificados como probabilidade de perda possível por seus assessores jurídicos no valor de R\$ 158.413 (R\$146.282 em 31 de dezembro de 2019).

Entre os processos tributários que representavam questionamentos ou discussões relevantes para a Companhia destacam-se os seguintes:

a) Processos relativos ao ISS: a maioria dos processos tributários com probabilidade de perda possível envolve discussão a respeito da incidência do ISS, em que os municípios exigem o pagamento de tal imposto, acrescido de multa e juros legais. Em 30 de junho de 2020, o montante global desses processos é de aproximadamente R\$66.225 (R\$ 66.225 em 31 de dezembro de 2019).

b) Em dezembro de 2009, a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal onde se discute, em suma, a cobrança de valores a título de IRPJ e CSLL relativos à: (i) glosa de encargos de depreciação e amortização do ano-calendário 2004; (ii) imposição de multa isolada de 50% sobre diferenças apuradas entre os valores escriturados a título de estimativas mensais de IRPJ e CSLL nos anos 2006 e 2007 e os montantes informados em Declaração de Contribuições e Tributos Federais; e (iii) insuficiência de recolhimento de IRPJ e CSLL no ano 2005. A opinião dos assessores jurídicos sobre este auto é de que a probabilidade de perda é possível. Em 30 de junho de 2020, o valor estimado do processo é R\$13.123 (R\$13.011 em 31 de dezembro de 2019).

c) Em abril de 2010 a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal, onde se discute, em suma, cobrança de valores a título de IRPJ e CSLL relativos à glosa da compensação de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, apuradas em anos anteriores, realizada por Ocesa Mercury Entretenimento S/A, quanto a parcela que excedeu o limite de 30% do lucro líquido ajustado. Discute-se a possibilidade de compensação integral daquelas parcelas no exercício em que ocorre a extinção, por incorporação, com o aproveitamento da totalidade do saldo de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, sem qualquer percentual limitativo. A Companhia apresentou recurso e espera julgamento na instância administrativa. A opinião dos assessores jurídicos sobre este auto é de que a probabilidade de perda é possível. Em 30 de junho de 2020, o valor envolvido era de R\$5.668 (R\$5.616 em 31 de dezembro de 2019).

d) A Companhia foi autuada, em 2010 e 2012, pela Secretaria da Receita Federal, decorrente da cobrança de valores relativos à Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE. A Companhia apresentou impugnação e recurso aos autos de infração citados, e espera julgamento definitivos na instância administrativa. A opinião dos assessores jurídicos sobre estes autos é de que a probabilidade de perda é possível. Em 30 de junho de 2020, o valor atualizado dos dois processos é de R\$12.839 (R\$12.715 em 31 de dezembro de 2019).

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

e) Em 31 de janeiro de 2014 a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal ("SRF"), onde se discute, em suma, lançamento de crédito tributário de PIS e de COFINS, incidentes na sistemática não-cumulativa, referentes ao ano calendário de 2009, onde a SRF efetivou a glosa de créditos de insumos que estariam supostamente em desacordo com os critérios legais e, portanto, não dariam direito a crédito. A Companhia apresentou impugnação e recurso ao auto de infração lavrado, os quais foram julgados parcialmente procedentes. Aguarda-se decisão dos recursos interpostos pela Companhia e pela SRF. A opinião dos assessores jurídicos sobre o mencionado auto é de que a probabilidade de perda é possível em relação a 14% do lançamento. Em 30 de junho de 2020, o valor atualizado do débito classificado como perda possível é de R\$2.851 (R\$2.822 em 31 de dezembro de 2019).

f) Em fevereiro de 2019, a Companhia foi citada em uma ação de execução fiscal cujo objeto é a cobrança de supostas diferenças apuradas no momento do processo de nacionalização de peças de figurino inicialmente importadas sob o regime de admissão temporária para a realização de determinado espetáculo teatral. Na opinião dos assessores jurídicos da Companhia a probabilidade de perda é possível. Em 30 de junho de 2020, o valor da causa é de R\$5.828 (R\$ 5.300 em 31 de dezembro de 2019).

g) Em julho de 2020, a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal, onde se discute, em suma, a cobrança de valores a título de IRPJ e CSLL para os anos de 2015 a 2017, relativos à: (i) desconsideração das amortizações referentes ao ágio registrado em 14/07/2007, na operação de incorporação de empresa; (ii) imposição de multas isoladas de 50%, decorrentes da insuficiência dos pagamentos mensais de IRPJ e CSLL, em razão da exclusão mensal das parcelas de amortização do ágio; e (iii) imposição de multas qualificadas de 150% sobre os valores de IRPJ e CSLL autuados. A Receita Federal do Brasil fundamenta o auto de infração encaminhado à Companhia, em síntese, em uma suposta diminuição indevida das bases de cálculo dos referidos tributos pela exclusão do ágio nas bases tributárias. Os valores somam R\$ 47 MM em imposto de renda de pessoa jurídica (IRPJ) e R\$ 33 MM em contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), perfazendo um total de R\$ 80 MM, em julho de 2020. A Companhia apresentou impugnação aos autos de infração no prazo estabelecido, bem como afirma seu entendimento de que o ágio foi constituído de forma regular e em conformidade com legislação fiscal vigente à época. A opinião dos assessores jurídicos sobre estes autos é de que a probabilidade de perda é possível para o mérito e remota para a parcela da multa isolada relativa aos erros de cálculo nas antecipações: (i) não utilização de prejuízos fiscais no cálculo das antecipações de IRPJ e CSLL; e (ii) desconsideração das parcelas devidas nos meses anteriores no cálculo das antecipações de CSLL.

20.2) Provisões trabalhistas

Em 30 de junho de 2020, a Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos trabalhistas, cuja probabilidade de perda foi considerada possível, no valor de R\$11.407 (R\$10.750 em 31 de dezembro de 2019).

20.3) Provisões cíveis e outras

Em 30 de junho de 2020, a Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos cíveis classificados como perda possível por seus assessores jurídicos no valor de R\$ 49.574 (R\$ 32.900 em 31 de dezembro de 2019).

Entre os processos cíveis que representavam discussões relevantes para a Companhia destacam-se os seguintes:

a) A Companhia é autora reconvida em demanda movida contra Galaxy do Brasil Ltda., ré reconvinte, em que a Companhia busca indenização por perdas e danos decorrentes de denúncia antecipada de contrato de patrocínio de uma de suas casas de espetáculos. A Galaxy pleiteia a condenação da Companhia a cessar a utilização de suas marcas e ao pagamento de indenização a título de danos materiais e morais, além de lucros cessantes. A ação proposta pela Companhia foi julgada extinta, e a ação proposta pela Galaxy foi julgada parcialmente procedente, para condenar a Companhia ao pagamento de indenização no montante de 5% sobre o faturamento líquido da casa de espetáculos em questão, do período de 1º de maio de 2004 até 24 de junho de 2005. O valor da condenação, caso o recurso da Companhia não seja provido, deverá ser apurado em liquidação de sentença. O valor estimado em 30 de junho de 2020 é de aproximadamente R\$2.820 (R\$2.713 em 31 de dezembro de 2019) e, de acordo com os assessores jurídicos, a probabilidade de perda da Companhia é possível. Todavia, a Companhia também tem valor a receber da Galaxy, o qual deverá ser apurado em fase de liquidação, decorrente de indenização correspondente às parcelas devidas pela Galaxy à Companhia em razão do contrato de patrocínio celebrado na ocasião, durante determinado período fixado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. Atualmente aguarda-se o julgamento de recursos interpostos pelas partes.

b) A Companhia figura no polo passivo de ação civil pública ("ACP") proposta pelo Procon de Curitiba/PR, tendo sido atribuído à causa o valor atualizado de R\$1.450 (R\$1.383 em 31 de dezembro de 2019), em que se pede a abstenção de cobrança de taxa de conveniência quando da venda de ingressos via internet, por telefone ou em pontos de venda diversos da bilheteria oficial. A Companhia apresentou recurso e aguarda-se o julgamento. De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é possível.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

c) A Companhia figura no polo passivo de ação civil pública relacionada à apresentação de “Quidam”, nos períodos de junho a setembro de 2009, proposta pelo Ministério Público do Estado de Pernambuco, tendo sido atribuído à causa o valor atualizado de R\$1.257 (R\$1.212 em 31 de dezembro de 2019), em que se pede (a) abstenção de cobrança de taxa de conveniência ou qualquer acréscimo sobre o valor do ingresso, quando da sua venda pela internet ou por telefone, e (b) da taxa de entrega de ingressos, ou qualquer outro valor a título de entrega ou retirada, quando o consumidor optar por retirar pessoalmente o ingresso comprado no local do evento ou pontos de venda. A Companhia apresentou recurso e aguarda julgamento. De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é possível.

d) A Prefeitura Municipal de São Paulo propôs Ação Civil Pública na qual se pretende a responsabilização de diversos réus por supostas irregularidades na gestão e administração de bem público, qual seja, o Estádio do Pacaembu. No que concerne a Companhia, a autora alega ter havido benefício indevido pela concessão de isenção do pagamento de preço público, quando da utilização de referido estádio para realização do show da banda “Iron Maiden”, ocorrido em janeiro de 2004. Em 30 de junho de 2020, o valor em discussão é de R\$1.951 (R\$1.865 em 31 de dezembro de 2019). De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é possível.

e) A Companhia figura no polo passivo de ação civil pública (“ACP”) proposta pela Associação de Defesa dos Consumidores do Rio Grande do Sul - ADECON, em que se pede a abstenção de cobrança de taxa de conveniência e de entrega quando da venda de ingressos via internet, por telefone ou em pontos de venda diversos da bilheteria oficial, bem como a devolução dos valores cobrados a este título nos últimos cinco anos. Aguarda-se o julgamento do recurso apresentado pela ADECON. De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é possível. O valor somente será possível de ser apurado com (i) a decisão definitiva da ação e, sendo a decisão desfavorável para a Companhia, (ii) com eventual manifestação dos consumidores.

A Companhia tem como garantias de alguns processos depósitos judiciais que, em 30 de junho de 2020, estão registrados no balanço patrimonial consolidado, em rubrica específica no montante de R\$ 10.499 (R\$10.179 em 31 de dezembro de 2019).

20.4) Movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:

Controladora

	31/12/19	Provisão (reversão)	Pagamentos	Atualização monetária	30/06/20
Trabalhistas	4.470	98	33	18	4.619
Cíveis	2.537	1.719	-	185	4.441
Tributário	195	-	-	2	197
Total	7.202	1.817	33	205	9.257

Consolidado

	31/12/19	Provisão (reversão)	Pagamentos	Atualização monetária	Efeitos de variação cambial	30/06/20
Trabalhistas	5.750	1.868	33	241	6	7.898
Cíveis	4.671	1.720	-	811	72	7.274
Tributário	8.899	(1.915)	-	2.716	1.307	11.007
Total	19.320	1.673	33	3.768	1.385	26.179

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

20.5) Reapresentação das informações financeiras trimestrais - Contingências

Durante o ano de 2019, a Companhia revisou o processo relativo a contingência decorrente da aquisição de subsidiária na Argentina, e identificou que as obrigações não cumpridas que deram origem ao processo são de responsabilidade da T4F Brasil e não da T4F Argentina. Consequentemente, a contingência registrada nas demonstrações financeiras da subsidiária no período findos em 31 de março, 30 de junho e em 30 de setembro deveriam ter sido registradas na T4F Brasil. Em dezembro de 2019, a administração procedeu ao ajuste contábil referente ao registro dessa contingência, e está reapresentando as Informações financeiras semestral em 30 de junho de 2019, contemplando o referido ajuste. O impacto nas informações intermediárias está demonstrado abaixo:

	Ativo	
	Reapresenta	Original
Investimento em controladas	128.982	94.984
	Passivo	
	Reapresenta	Original
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	39.997	5.999
	Resultado do período	
	Reapresenta	Original
Outras, líquidas	(18.483)	(1.825)
Equivalência Patrimonial	(10.339)	(44.337)
Varição cambial e monetária, líquida	(17.096)	244

21. OUTRAS OBRIGAÇÕES

O valor contabilizado como outras obrigações refere-se quase em sua totalidade a valores a serem repassados à clientes pela administração de bilheterias e venda de ingressos de eventos de terceiros de acordo com o fluxo estabelecido em contrato.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em 30 de junho de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, o capital social da Companhia é de R\$ 243.022 representado por 67.500.665 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

b) Política de distribuição de dividendos: os acionistas têm direito a um dividendo anual não cumulativo de, no mínimo, 25% do lucro líquido, ajustado de acordo com as normas previstas no estatuto social. Em 31 de dezembro de 2019 não houve distribuição de dividendos.

c) Reserva legal: de acordo com a legislação vigente, a reserva legal é, se aplicável, constituída à razão de 5% do lucro líquido do período.

d) A reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei 6.404/76, com o objetivo de aplicação em futuros investimentos.

e) Resultados abrangentes: Refere-se ao ajuste de variação cambial na conversão de demonstrações financeiras das controladas no exterior.

f) Reserva de capital: refere-se ao valor correspondente à contraprestação dos serviços prestados por executivos contemplados pelo Plano de Opção de Compra de Ações (nota explicativa nº 32).

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

g) Ações em tesouraria:

Em 5 de novembro de 2018, o Conselho de Administração autorizou, por um período de 18 meses, a compra de até 2.000.000 de ações da Companhia para permanência em tesouraria para posterior alienação ou cancelamento ("Programa de Recompra" ou "Programa").

Quantidade	Valor Total (R\$ mil)	Mínimo	Médio Ponderado	Máximo	Valor de Mercado das Ações (R\$ mil)
214.600	2.131	6,10	9,88	10,77	564.398

h) Ajustes de exercícios anteriores por efeito da hiperinflação:

A norma de contabilidade e evidenciação de economia altamente inflacionária foi aplicada a partir de 1º de janeiro de 2018. Os impactos de hiperinflação resultantes de alterações no poder de compra geral até 31 de dezembro de 2017 seriam reportados nos lucros acumulados.

23. RECEITA LÍQUIDA

	Controladora			
	01/04/20 a 30/06/20	01/01/20 a 30/06/20	01/04/19 a 30/06/19	01/01/19 a 30/06/19
Receita bruta:				
Serviços	750	27.663	127.439	227.068
Produtos	5	230	1.535	1.538
Impostos incidentes	(82)	(3.552)	(15.372)	(28.389)
Receita líquida	673	24.341	113.602	200.217

	Consolidado			
	01/04/20 a 30/06/20	01/01/20 a 30/06/20	01/04/19 a 30/06/19	01/01/19 a 30/06/19
Receita bruta:				
Serviços	3.003	39.363	148.432	284.376
Produtos	5	230	2.325	2.379
Impostos incidentes	(361)	(4.453)	(18.342)	(33.736)
Receita líquida	2.647	35.140	132.415	253.019

24. DESPESAS E CUSTOS POR NATUREZA

a) Despesas por natureza:

	Controladora			
	01/04/20 a 30/06/20	01/01/20 a 30/06/20	01/04/19 a 30/06/19	01/01/19 a 30/06/19
Despesas com pessoal (nota explicativa nº 25)	(4.547)	(10.411)	(5.959)	(8.173)
Serviços de terceiros	(3.669)	(9.069)	(6.486)	(12.853)
Utilidades e facilidades	(44)	(310)	(284)	(573)
Reversão (constituição) de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(319)	(319)	-	(19)
Outras despesas	(96)	(583)	(221)	(474)
Despesas	(8.675)	(20.692)	(12.950)	(22.092)
Vendas	(21)	(456)	(139)	(444)
Gerais e administrativas	(6.870)	(16.506)	(10.337)	(18.004)
Remuneração dos administradores (nota explicativa nº 12.2)	(1.784)	(3.730)	(2.474)	(3.644)
Total das despesas por natureza	(8.675)	(20.692)	(12.950)	(22.092)

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

	Consolidado			
	01/04/20 a 30/06/20	01/01/20 a 30/06/20	01/04/19 a 30/06/19	01/01/19 a 30/06/19
Despesas com pessoal (nota explicativa nº 25)	(5.924)	(13.759)	(8.110)	(12.133)
Serviços de terceiros	(4.448)	(11.010)	(7.897)	(15.343)
Utilidades e facilidades	(389)	(1.271)	(979)	(1.869)
Reversão (constituição) de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(281)	(151)	-	1.085
Outras despesas	(376)	(1.396)	(893)	(2.908)
Despesas	(11.418)	(27.587)	(17.879)	(31.168)
Vendas	(67)	(600)	(267)	(654)
Gerais e administrativas	(9.305)	(22.646)	(15.031)	(26.654)
Remuneração dos administradores (nota explicativa nº 12.2)	(2.046)	(4.341)	(2.581)	(3.860)
Total das despesas por natureza	(11.418)	(27.587)	(17.879)	(31.168)

b) Custos por natureza:

	Controladora			
	01/04/20 a 30/06/20	01/01/20 a 30/06/20	01/04/19 a 30/06/19	01/01/19 a 30/06/19
Cachês, direitos autorais e agenciamento de shows	1.114	(5.243)	(66.133)	(85.012)
Transportes e locações	909	(1.128)	(16.892)	(33.738)
Serviços de terceiros	(1.170)	(2.297)	(13.876)	(18.976)
Viagens e locomoção	(9)	(270)	(2.281)	(4.139)
Utilidades e facilidades	(469)	(980)	(4.751)	(7.564)
Mídia e publicidade	(153)	(1.046)	(4.891)	(7.463)
Depreciação e amortização	(3.932)	(7.861)	(2.685)	(5.358)
Benefícios a empregados (nota explicativa nº 25)	(913)	(2.090)	(1.331)	(2.600)
Custos de produção	(437)	(3.518)	(6.689)	(22.780)
Total	(5.060)	(24.433)	(119.529)	(187.630)

	Consolidado			
	01/04/20 a 30/06/20	01/01/20 a 30/06/20	01/04/19 a 30/06/19	01/01/19 a 30/06/19
Cachês, direitos autorais e agenciamento de shows	379	(5.683)	(69.138)	(103.881)
Transportes e locações	882	(1.145)	(19.998)	(36.915)
Serviços de terceiros	(1.785)	(5.337)	(17.274)	(25.847)
Viagens e locomoção	(72)	(532)	(2.806)	(5.143)
Utilidades e facilidades	(915)	(2.253)	(5.678)	(10.129)
Mídia e publicidade	(200)	(1.238)	(5.612)	(8.782)
Depreciação e amortização	(5.397)	(10.773)	(3.914)	(7.819)
Benefícios a empregados (nota explicativa nº 25)	(1.247)	(3.005)	(1.976)	(3.759)
Custos de produção	(567)	(5.372)	(10.043)	(35.230)
Total	(8.922)	(35.338)	(136.439)	(237.505)

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

25. DESPESAS COM PESSOAL

	Controladora			
	01/04/20 a 30/06/20	01/01/20 a 30/06/20	01/04/19 a 30/06/19	01/01/19 a 30/06/19
Salários e bonificações	(2.617)	(6.412)	(3.395)	(6.287)
Despesa de férias	(249)	(741)	(322)	(780)
Despesa de 13º salário	(208)	(435)	(248)	(456)
Encargos sociais	(1.570)	(2.837)	(1.630)	(2.886)
Reversão (Constituição) de participação nos resultados - bônus	(96)	(486)	(824)	1.403
Pagamentos baseados em ações	-	-	-	(181)
Outros benefícios a empregados (i)	(720)	(1.590)	(871)	(1.586)
Total de despesas com benefícios a empregados	(5.460)	(12.501)	(7.290)	(10.773)
Benefícios classificados como custo dos serviços prestados	(913)	(2.090)	(1.331)	(2.600)
Benefícios classificados como despesas gerais e administrativas	(4.547)	(10.411)	(5.959)	(8.173)
Total	(5.460)	(12.501)	(7.290)	(10.773)

	Consolidado			
	01/04/20 a 30/06/20	01/01/20 a 30/06/20	01/04/19 a 30/06/19	01/01/19 a 30/06/19
Salários e bonificações	(3.846)	(9.388)	(5.528)	(9.952)
Despesa de férias	(216)	(856)	(317)	(918)
Despesa de 13º salário	(281)	(628)	(344)	(633)
Encargos sociais	(1.823)	(3.514)	(2.079)	(3.702)
Reversão (Constituição) de participação nos resultados - bônus	(106)	(496)	(868)	1.302
Pagamentos baseados em ações	-	-	-	(181)
Outros benefícios a empregados (i)	(899)	(1.882)	(950)	(1.808)
Total de despesas com benefícios a empregados	(7.171)	(16.764)	(10.086)	(15.892)
Benefícios classificados como custo dos serviços prestados	(1.247)	(3.005)	(1.976)	(3.759)
Benefícios classificados como despesas gerais e administrativas	(5.924)	(13.759)	(8.110)	(12.133)
Total	(7.171)	(16.764)	(10.086)	(15.892)

(i) A Companhia não oferece plano de contribuição e benefício definido aos seus colaboradores.

26. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora			
	01/04/20 a 30/06/20	01/01/20 a 30/06/20	01/04/19 a 30/06/19	01/01/19 a 30/06/19
Despesas financeiras:				
Juros passivos	(17)	(51)	38	(653)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(172)	(183)	(19)	(323)
Juros com debêntures	(1.417)	(3.132)	(2.343)	(4.689)
Outras	(1.003)	(3.924)	(416)	(1.955)
Total	(2.609)	(7.290)	(2.740)	(7.620)

	Consolidado			
	01/04/20 a 30/06/20	01/01/20 a 30/06/20	01/04/19 a 30/06/19	01/01/19 a 30/06/19
Despesas financeiras:				
Juros passivos	(45)	(165)	(233)	(1.214)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(222)	(485)	(634)	(1.085)
Juros com debêntures	(1.417)	(3.132)	(2.343)	(4.689)
Outras	(1.151)	(4.253)	(1.737)	(1.753)
Total	(2.835)	(8.035)	(4.947)	(8.741)

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

	Controladora			
	01/04/20 a 30/06/20	01/01/20 a 30/06/20	01/04/19 a 30/06/19	01/01/19 a 30/06/19
Receitas financeiras:				
Juros ativos	-	240	811	811
Rendimentos de aplicações financeiras	1.210	1.854	2.255	4.381
Outras	141	289	160	461
Total	1.351	2.383	3.226	5.653

	Consolidado			
	01/04/20 a 30/06/20	01/01/20 a 30/06/20	01/04/19 a 30/06/19	01/01/19 a 30/06/19
Receitas financeiras:				
Juros ativos	(123)	518	1.415	1.830
Rendimentos de aplicações financeiras	1.578	2.127	2.244	4.427
Outras	30	57	34	67
Total	1.485	2.702	3.693	6.324

	Controladora			
	01/04/20 a 30/06/20	01/01/20 a 30/06/20	01/04/19 a 30/06/19	01/01/19 a 30/06/19
Variações cambiais, líquidas:				
Passivas	(4.170)	(13.784)	(1.518)	(6.361)
Ativas	5.194	12.231	981	6.032
Variações monetárias, líquidas:				
Passivas	(78)	(238)	(44)	(17.495)
Ativas	183	324	219	728
Total	1.129	(1.467)	(362)	(17.096)

	Consolidado			
	01/04/20 a 30/06/20	01/01/20 a 30/06/20	01/04/19 a 30/06/19	01/01/19 a 30/06/19
Variações cambiais, líquidas:				
Passivas	(3.024)	(4.877)	(10.544)	(34.754)
Ativas	1.955	6.046	10.047	34.083
Variações monetárias, líquidas:				
Passivas	(311)	(1.102)	(275)	(19.889)
Ativas	194	345	1.732	2.247
Variações hiperinflação, líquidas:				
Passivas	(3.746)	(5.901)	(1.854)	(7.461)
Ativas	1.364	2.335	1.552	1.903
Total	(3.568)	(3.154)	658	(23.871)

(1) Em 2019 a Companhia e suas controladas foi ajuizada na Ação de cobrança referente a cobrança do valor correspondente a 5% das ações de emissão da T4F Inversiones S.A onde a Companhia foi considerada responsável solidária.

27. OUTRAS (DESPESAS) RECEITAS, LÍQUIDAS

	Controladora			
	01/04/20 a 30/06/20	01/01/20 a 30/06/20	01/04/19 a 30/06/19	01/01/19 a 30/06/19
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (1)	(1.961)	(2.042)	86	(18.128)
Resultado na baixa de ativo imobilizado	-	-	(92)	(87)
Outras	183	718	(236)	(268)
Total	(1.778)	(1.324)	(242)	(18.483)

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

	Consolidado			
	01/04/20 a 30/06/20	01/01/20 a 30/06/20	01/04/19 a 30/06/19	01/01/19 a 30/06/19
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (1)	(3.573)	(4.426)	(1.597)	(19.694)
Resultado na baixa de ativo imobilizado	-	-	(146)	(141)
Outras	364	879	99	(29)
Total	(3.209)	(3.547)	(1.644)	(19.864)

(1) Em 2019 a Companhia e suas controladas foi ajuizada na Ação de cobrança referente a cobrança do valor correspondente a 5% das ações de emissão da T4F Inversiones S.A onde a Companhia foi considerada responsável solidária.

28. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado

	Controladora			
	01/04/20 a 30/06/20	01/01/20 a 30/06/20	01/04/19 a 30/06/19	01/01/19 a 30/06/19
Despesa de IRPJ corrente	-	-	1.317	-
Despesa de CSLL corrente	-	-	476	-
IRPJ e CSLL diferidos	31	62	5.649	7.501
Total	31	62	7.442	7.501

	Consolidado			
	01/04/20 a 30/06/20	01/01/20 a 30/06/20	01/04/19 a 30/06/19	01/01/19 a 30/06/19
Despesa de IRPJ corrente	(240)	(648)	(1.252)	(736)
Despesa de CSLL corrente	(32)	(40)	450	(77)
IRPJ e CSLL diferidos	451	776	5.800	16.614
Total	179	88	4.998	15.801

b) A reconciliação do IRPJ e da CSLL registrada no resultado do exercício é a seguinte:

	Controladora			
	01/04/20 a 30/06/20	01/01/20 a 30/06/20	01/04/19 a 30/06/19	01/01/19 a 30/06/19
Prejuízo do semestre antes do IRPJ e da CSLL	(25.507)	(39.335)	(25.683)	(60.067)
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa de crédito de IRPJ e CSLL de acordo com a alíquota vigente	8.672	13.374	8.732	20.423
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre:				
Multas e despesas indedutíveis	(446)	(474)	(20)	(412)
Compensação com prejuízo fiscal e diferenças temporárias não reconhecidas	(4.582)	(9.049)	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	(3.583)	(3.690)	(3.889)	(15.075)
Plano de remuneração baseado em ações	-	-	-	(61)
Outros itens	(30)	(99)	(7)	-
Crédito (débito) de IRPJ e CSLL	31	62	4.816	4.875

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

	Consolidado			
	01/04/20 a 30/06/20	01/01/20 a 30/06/20	01/04/19 a 30/06/19	01/01/19 a 30/06/19
Prejuízo do semestre antes do IRPJ e da CSLL	(25.820)	(39.819)	(23.218)	(68.306)
Alíquota vigente	0	0	34%	34%
Expectativa de crédito de IRPJ e CSLL de acordo com a alíquota vigente	8.779	13.538	7.894	23.224
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre:				
Multas e despesas indedutíveis	(459)	(488)	(23)	(800)
Compensação com prejuízo fiscal e diferenças temporárias não reconhecidas	(6.010)	(12.042)	(822)	(1.538)
Controlada tributada por meio de lucro presumido	-	-	(301)	(505)
Controlada tributada no exterior	(2.097)	(819)	(4.376)	(7.145)
Perdas em investimentos e outros resultados	(29)	(44)	-	-
Plano de remuneração baseado em ações	-	-	-	(61)
Outros itens	(5)	(57)	-	-
Crédito (débito) de IRPJ e CSLL	179	88	2.372	13.175

c) Movimentação e composição do saldo do IRPJ e da CSLL diferidos

A tabela a seguir corresponde à análise dos impostos diferidos ativos (passivos) apresentados nas demonstrações financeiras na controladora e no consolidado:

	31/12/19	Variação de		30/06/20
		01/04/20 a 30/06/20	Variação do semestre	
Controladora				
Impostos diferidos ativos sobre:				
Não circulante:				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	198	-	-	198
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	2.449	-	-	2.449
Prejuízos fiscais	38.903	-	-	38.903
Base negativa de CSLL	15.349	-	-	15.349
Reserva de reavaliação do ativo imobilizado	(6)	31	62	56
Outras provisões	1.610	-	-	1.610
Total do ativo líquido	58.503	31	62	58.565

	31/12/19	Variação de		Reconhecidos em outros resultados abrangentes	30/06/20
		01/04/20 a 30/06/20	Variação do semestre		
Consolidado					
Impostos diferidos ativos sobre:					
Não circulante:					
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.332	(89)	896	-	4.228
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	2.542	44	40	-	2.582
Prejuízos fiscais	38.903	-	-	-	38.903
Base negativa de CSLL	15.349	-	-	-	15.349
Reserva de reavaliação do ativo imobilizado	(6)	31	62	-	56
Outras provisões	2.409	66	(4)	342	2.747
Total do ativo	62.529	52	994	342	63.865
Impostos diferidos passivos sobre:					
Não circulante:					
Outras provisões	(338)	393	(230)	-	(568)
Reserva de reavaliação do ativo imobilizado	(140)	6	12	-	(128)
Total do passivo	(478)	399	(218)	-	(696)
Total líquido	62.051	451	776	342	63.169

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

d) Diferenças temporárias dedutíveis não reconhecidas, prejuízos e créditos fiscais não utilizados.

Diferenças temporárias dedutíveis, prejuízos e créditos fiscais não utilizados para os quais não foram reconhecidos impostos diferidos ativos são atribuíveis conforme segue:

	Consolidado	
	30/06/20	31/12/19
Prejuízos fiscais e bases negativas de controladas	37.249	41.052
Alíquota vigente	37.249	41.052
Impostos diferidos ativos não reconhecidos no fim do exercício	34%	34%
	12.665	13.958

Em conformidade com os requerimentos do CPC 32 e atendimento à Instrução CVM nº 371/02, foram constituídos imposto de renda e contribuição social diferidos, provenientes basicamente de reserva de reavaliação, diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. O crédito tributário foi constituído tendo em vista que a Companhia apresenta resultados tributáveis futuros, com base em suas projeções de resultados, os quais demonstram que tais valores serão recuperados nos próximos anos.

Os créditos estão mantidos no ativo não circulante, fundamentados na expectativa de realização com base em projeções de geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% sobre o lucro tributável anual para compensação com prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, conforme a legislação fiscal vigente. A Companhia elaborou estudos de viabilidade, que são objeto de aprovação pelo Conselho de Administração, os quais indicaram a recuperação dos valores de impostos diferidos reconhecidos.

O prazo estimado de realização é conforme segue:

Ano	Controladora	Consolidado
2021	6.649	6.649
2022	7.014	7.014
2023	7.468	7.468
2024	7.972	7.972
2025	8.456	8.456
2026	8.374	8.374
a partir de 2027	12.632	17.932
Total	58.565	63.865

29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

29.1. Gerenciamento de capital

A Companhia e suas controladas contratam operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades, bem como a reduzir a exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxa de juros. A administração desses riscos, bem como dos respectivos instrumentos, é realizada por meio de definição de estratégias, estabelecimento de sistemas de controle e determinação de limites de exposição cambial, a qual é monitorada pela Diretoria da Companhia. São contratados mútuos com partes relacionadas, fornecedores e empréstimos e financiamentos, classificados como instrumentos financeiros.

A Companhia administra seu capital para assegurar que tanto a controladora quanto as controladas possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (debêntures e empréstimos detalhados na nota explicativa nº 16, deduzido por caixa e equivalentes de caixa detalhados na nota explicativa nº 6) e pelo patrimônio líquido (nota explicativa nº 22).

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

29.2. Classificação dos instrumentos financeiros

Rubrica	Classificação (iii)	Nota explicativa	Controladora	
			30/06/20	31/12/19
Empréstimos, financiamentos e debêntures (i)	Outros passivos financeiros	17	(120.859)	(121.135)
Bancos	Ativo ao custo amortizado	6	1.517	12.919
Aplicações financeiras (ii)	Ativo ao custo amortizado	6	169.125	146.822
Contas a receber de partes relacionadas (iii)	Ativo ao custo amortizado	13.1	40.645	35.745
Contas a pagar de partes relacionadas (iii)	Outros passivos financeiros	13.1	(40.269)	(28.279)
Contas a receber de clientes	Ativo ao custo amortizado	8	27.442	66.533
Fornecedores	Outros passivos financeiros	16	(16.779)	(22.154)
Total de exposição			<u>60.822</u>	<u>90.451</u>
Efeito no resultado			<u>(6.430)</u>	<u>4.259</u>

Rubrica	Classificação (iii)	Nota explicativa	Consolidado	
			30/06/20	31/12/19
Empréstimos, financiamentos e debêntures (i)	Outros passivos financeiros	17	(120.859)	(121.135)
Bancos	Ativo ao custo amortizado	6	4.506	18.457
Aplicações financeiras (ii)	Ativo ao custo amortizado	6	213.432	191.193
Contas a receber de partes relacionadas (iii)	Ativo ao custo amortizado	13.1	9.107	8.509
Contas a receber de clientes	Ativo ao custo amortizado	8	33.741	76.909
Fornecedores	Outros passivos financeiros	16	(29.628)	(42.330)
Total de exposição			<u>110.299</u>	<u>131.603</u>
Efeito no resultado			<u>1.003</u>	<u>7.890</u>

(i) As debêntures escrituradas pela Companhia são remuneradas com juros que correspondem a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros (DI) "over" expressa na forma percentual ao ano, correspondente a 252 dias úteis (CETIP), capitalizada de uma sobretaxa de CDI + 1,6225% ao ano para a emissão de 2018. (nota explicativa nº 16).

(ii) As aplicações financeiras são substancialmente realizadas com base nas taxas de remuneração efetivamente negociadas atreladas na sua totalidade à taxa CDI e refletem as condições usuais de mercado nas datas de encerramento dos balanços (nota explicativa nº 6).

(iii) As receitas, despesas, ganhos e perdas relacionadas às categorias de instrumentos financeiros são classificadas na rubrica de resultado financeiro (nota explicativa nº 26).

A Administração considera que os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros acima descritos, exceto os instrumentos financeiros derivativos, aproximam-se dos seus valores justos. Adicionalmente, a determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros apresentam termos e condições padrão, são negociados em mercados ativos e determinados com base nos preços observados nesses mercados (categoria nível 2).

29.3. Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

a) Exposição a risco da taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são praticadas em seus passivos e ativos captados (ou aplicados) no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia adota a política de diversificação, alternando a contratação de taxas fixas e variáveis, como, por exemplo, o CDI, com repactuações periódicas de seus contratos, visando torná-los adequados ao mercado. A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros em decorrência da variação da taxa de juros é demonstrada no item c) abaixo.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

b) Exposição ao risco cambial

Esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira (ou receita) e o saldo passivo (ou ativo) de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira.

A Companhia avalia a necessidade de contratação de hedge quando existe risco de exposição à moeda estrangeira com o propósito de anular perdas cambiais decorrentes de desvalorizações acentuadas do Real, de forma a atender necessidades pontuais de pagamentos de conteúdos estrangeiros.

Para administrar o risco cambial decorrente principalmente da contratação de conteúdos internacionais, realizamos acompanhamento semanal por meio da elaboração de relatório da nossa exposição cambial e efetuamos a contratação de hedge quando necessário. Por possuímos ativos e passivos em moedas diferentes de nossa moeda funcional, a exposição contábil e patrimonial a estas oscilações permanecem nas informações trimestrais financeiras.

Em 30 de junho de 2020, a Companhia possui as seguintes transações em moeda estrangeira registradas no balanço:

Rubrica	Classificação	Moeda	Controladora		Consolidado	
			30/06/20	31/12/19	30/06/20	31/12/19
Bancos	Ativo ao custo amortizado	Dólar	1.517	12.919	1.517	12.919
Mútuo com controlada no Peru	Ativo ao custo amortizado	Dólar	6.638	4.710	-	-
Mútuo com controladas argentinas	Ativo ao custo amortizado	Dólar	3.282	2.337	-	-
Empréstimos com controladas no exterior	Outros passivos financeiros	Dólar	(38.905)	(28.279)	-	-
Fornecedores	Outros passivos financeiros	Dólar	(9.642)	(9.472)	(9.823)	(9.977)
Total de exposição			(37.110)	(17.785)	(8.306)	2.942

- Bancos e aplicações financeiras: a Companhia possui valores no exterior como parte da política de gerenciamento de capital e proteção ao risco de exposição da variação do câmbio. Estes recursos serão utilizados para pagamentos de custos operacionais;
- Mútuo com partes relacionadas: correspondem aos saldos a receber e a pagar dos contratos da Companhia e de suas controladas, mantidos em moedas estrangeiras;
- Exceto pela operação de mútuo entre a Companhia e a controlada T4F Chile S.A., no valor remanescente de US\$ 5.500 mil convertidos para moeda nacional em 30 de junho de 2020 no valor de R\$ 28.593, o saldo devido a partes relacionadas é decorrente de operações cujas condições poderiam ser diferentes caso praticadas com partes não relacionadas e, portanto, representariam parte do investimento e não necessariamente o valor de mercado das transações financeiras;
- Fornecedores: referem-se aos saldos a pagar de transações comerciais em moedas estrangeiras com contratos assinados.

c) Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e taxas de juros

As flutuações do câmbio e das taxas de juros, como, por exemplo, o CDI, podem afetar positiva ou adversamente as demonstrações financeiras em decorrência de aumento ou redução nos saldos de fornecedores e contratos de mútuo com controladas, denominados em moeda estrangeira.

Tendo em vista a Administração considerar que os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros se aproximam dos seus valores justos, consequentemente as análises de sensibilidade a seguir apresentam resultados aplicáveis tanto para valores contábeis quanto para os valores justos dos ativos e passivos financeiros.

Risco de mudança nas taxas de juros

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/ 2008, em 30 de junho de 2020 a Administração estimou com base nas cotações do relatório Focus do Banco Central do Brasil - BACEN, taxas futuras de juros, demonstrando em cada cenário o efeito da variação do valor justo, conforme quadro a seguir:

	Risco	Controladora			
		30/06/20	Cenário		
			Provável (i)	Possível (ii)	Remoto (iii)
Debêntures	Aumento	(120.859)	(125.286)	(125.828)	(126.369)
Aplicações financeiras	Redução	164.124	171.376	173.195	175.003
Exposição líquida		43.265	46.090	47.367	48.634

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

	Risco	Consolidado			
		30/06/20	Cenário		
			Provável (i)	Possível (ii)	Remoto (iii)
Debêntures	Aumento	(120.859)	(125.286)	(125.828)	(126.369)
Aplicações financeiras	Redução	208.431	224.989	229.134	233.268
Exposição líquida		87.572	99.703	103.306	106.899

(i) No cenário provável, a Companhia apresentaria um resultado positivo de R\$ 2.825 na controladora e de R\$ 12.131 no consolidado nos próximos doze meses, resultante de estimativas futuras de CDI para os juros das debêntures acrescentados de 1,6225% ao ano. Para as aplicações financeiras foram consideradas as mesmas estimativas futuras de CDI e a taxa média de rentabilidade das aplicações detidas pela Companhia em 30 de junho 2020.

(ii) No cenário possível, adotando-se os mesmos critérios descritos para o cenário provável com acréscimo de 25% nas taxas utilizadas, as estimativas gerariam um resultado positivo de R\$ 4.102 na controladora e de R\$ 15.734 no consolidado.

(iii) No cenário remoto, adotando-se os mesmos critérios descritos para o cenário provável com acréscimo de 50% nas taxas utilizadas, as estimativas gerariam um resultado positivo de R\$ 5.369 na controladora e de R\$ 19.327 no consolidado.

O empréstimo da controlada T4F Argentina S.A. é corrigido pela TNA – Taxa Nominal Atual.

Risco de mudança das taxas de câmbio

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008, em 30 de junho de 2020 a Administração estimou as taxas futuras de câmbio, demonstrando em cada cenário o efeito da variação do valor justo, conforme quadro a seguir:

	Risco	Controladora			
		30/06/20	Cenário		
			Provável (i)	Possível (ii)	Remoto (iii)
Bancos	Redução	1.517	1.468	1.835	2.202
Fornecedores	Aumento	(9.642)	(9.332)	(11.665)	(13.998)
Exposição líquida		(8.125)	(7.864)	(9.830)	(11.796)

	Risco	Consolidado			
		30/06/20	Cenário		
			Provável (i)	Possível (ii)	Remoto (iii)
Bancos	Redução	4.506	4.361	5.451	6.542
Fornecedores	Aumento	(9.823)	(9.507)	(11.884)	(14.261)
Exposição líquida		(5.317)	(5.146)	(6.433)	(7.719)

(i) No cenário provável, a Companhia apresentaria resultado positivo de R\$ 261 e de R\$ 171 na controladora e consolidado, respectivamente nos próximos 12 (doze) meses, resultante de estimativas das taxas de câmbio para tal período.

(ii) No cenário possível, com base nas taxas utilizadas no cenário provável entretanto com deterioração de 25% nas paridades cambiais, as estimativas gerariam um resultado negativo de R\$ 1.705 e R\$ 1.116 na controladora e consolidado, respectivamente.

(iii) No cenário remoto, com base nas taxas utilizadas no cenário provável entretanto com deterioração de 50% nas paridades cambiais, as estimativas gerariam um resultado negativo de R\$ 3.671 e R\$ 2.402 na controladora e consolidado, respectivamente.

Os resultados das operações com instrumentos financeiros derivativos estão incorporados ao resultado financeiro líquido (nota explicativa nº 26).

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Risco de crédito

Advém da possibilidade de a Companhia e de suas controladas não receberem valores decorrentes de operações de venda ou de créditos detidos com instituições financeiras gerados por operações de investimento financeiro. Para atenuar esse risco, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, o estabelecimento de um limite de crédito e o acompanhamento permanente do seu saldo devedor. Os valores a receber de clientes estão substancialmente atrelados a vendas com cartão de crédito cujo risco de crédito não recai sobre a Companhia. Adicionalmente, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha de acordo com critérios objetivos para a diversificação de riscos de crédito.

Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia e de suas controladas, a tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas.

A Administração monitora o nível de liquidez consolidado, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas, o caixa e equivalentes de caixa.

30. SEGUROS

A cobertura de seguros é determinada em função da natureza de riscos dos bens. Em 30 de Junho de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, a cobertura está demonstrada como segue:

	Modalidade	Importância segurada	
		30/06/20	31/12/19
Responsabilidade civil geral, estabelecimentos e D&O	Geral e eventos, estabelecimentos comerciais e/ou industriais, empregador, garagista e danos morais. Promoções de Eventos Artísticos, Esportivos e Similares, restaurantes e atletas/pilotos, cruzada e cobertura adicional de montagem e desmontagem, empregados, erros de projeto e circulação de veículos.	75.000	115.000
Seguro patrimonial - estabelecimentos	Incêndio, raio, explosão, vendaval, fumaça, perda de aluguel, equipamentos, luminosos, valores, tumulto, greve, vidro, roubo/furto de bens, valores em trânsito, danos elétricos, alagamentos, lucros cessantes e todos os riscos com vazamento de "sprinklers".	234.957	238.348
		<u>309.957</u>	<u>353.348</u>

31. COBRIGAÇÕES, RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS.

a) Contratos de patrocínio

A Companhia mantém contratos de patrocínio de longo prazo, a saber: (i) contratos de patrocínio de nomeação das casas de espetáculos que opera, cujo objeto é, em resumo, a nomeação das mesmas e a forma de exposição da marca do patrocinador; (ii) contrato de patrocínio, cujo objeto é a outorga de benefícios aos clientes do patrocinador de determinados eventos promovidos pela Companhia, entre os quais estão pré-venda de ingressos, descontos e estacionamento preferencial, entre outros.

b) Cartas de garantia de crédito e fianças e Seguro Fiança

A Companhia possuía vigentes cartas de fiança bancária e seguro fiança cujo objetivo é garantir o pagamento de aluguéis e determinados processos judiciais, que totalizam aproximadamente R\$ 139.339.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

c) Contratos de prestação de serviços

Por força de contratos de prestação de serviços celebrados entre a Companhia e a sociedade Inspiração Organização de Espetáculos Ltda., integrante do Grupo Cirque du Soleil, entre os anos de 2006 a 2008, a T4F reconheceu, nos termos dos mencionados contratos, ser responsável por indenizar a Inspiração contra certas pretensões concernentes a contingências envolvendo Imposto Sobre Serviços (ISS), obrigação essa ratificada em acordo específico para indenização de ISS. Isso em razão da divergência de fiscos municipais em relação aos serviços prestados pela Inspiração (se classificados no item 12.03 da lista de serviços do ISS, ou no item 12.13), impactando no local de recolhimento de tal tributo. O entendimento da T4F, lastreado em parecer de seus assessores jurídicos, foi de que os serviços da Inspiração são enquadráveis no item 12.03, sendo o ISS devido nos locais da efetiva prestação dos serviços, quais sejam, apresentação dos espetáculos circenses. Em dezembro de 2014 a Inspiração foi autuada pela Prefeitura de São Paulo, que tem a pretensão de receber o ISS decorrentes das apresentações do Cirque du Soleil que ocorreram em outras cidades (Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Distrito Federal e Porto Alegre), além do que já fora recolhido para a municipalidade de São Paulo. A Companhia, com base nos contratos antes mencionados, assumiu o ônus das defesas de tais autuações, as quais foram julgadas insubsistentes pela municipalidade em primeira e segunda instâncias administrativas. O assunto está em discussão judicial, e na opinião dos assessores da Companhia a probabilidade de perda é possível. O montante envolvido no processo judicial contra a Inspiração é de R\$38.453 para 30 de junho de 2020 (R\$ 36.634 em 31 de dezembro de 2019).

32. PAGAMENTOS BASEADOS EM AÇÕES

A Companhia, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de setembro de 2007, aprovou o Plano de Opções de Compra de Ações, posteriormente alterado nas Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 27 de abril de 2012, 20 de abril de 2016 ("Plano"). Na Reunião do Conselho de Administração de 16 de abril de 2019, o aprovou a ampliação da forma de liquidação das opções outorgadas no âmbito do Plano, de modo que o exercício das opções pelos participantes do Plano pudesse também ser liquidado em caixa, a critério da Companhia mediante anuência dos participantes. Neste caso, o exercício das opções não seria liquidado mediante a entrega de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, mas sim em caixa. O pagamento, nesse caso, seria realizado em 2 (duas) parcelas iguais, sendo a primeira no dia 30 de abril de 2019 e a segunda no dia 30 de abril de 2020, desde que, em qualquer caso, o participante do plano permanecesse vinculado como administrador, empregado ou prestador de serviço da Companhia até a data do respectivo pagamento.

A administração irá submeter à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária de 2020, um novo Plano de Ações Restritas, com parcela variável que considere a flutuação da cotação das ações da Companhia em 2019. Mediante essas informações, a Companhia efetuou a constituição das provisões, utilizando cálculos com base nos modelos "Monte Carlo" e "Black Scholes", com efeito no resultado de R\$ 1.261 para o plano de ações restritas e R\$ 885 pelo Plano de Opções de Compra de Ações.

Para o plano de Ações Restritas foram consideradas as premissas abaixo:

Datas de outorga	Condições de aquisição de direito	Ações existentes	Valor justo (R\$)	Vida remanescente (anos)
17 de junho de 2019	1 ano de serviço a partir da data de outorga	192.897	5,77 a 13,17	0,5 a 5
05 de agosto de 2019	De 1 a 5 anos de serviço a partir da data de outorga	229.165	5,77 a 13,37	0,6 a 5

33. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A IFRS 8 - Informação por Segmento requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos sobre os componentes de negócios da Companhia, que são regularmente revisados pelo principal tomador de decisões operacionais para alocar recursos aos segmentos e avaliar seu desempenho.

a) Receitas e resultados dos segmentos

Os segmentos operacionais são reportados de forma consistente com os relatórios gerenciais fornecidos aos principais tomadores de decisões estratégicas e operacionais para fins de avaliação de desempenho de cada segmento e alocação de recursos. A principal segmentação dos negócios da Companhia é baseada em resultados de execução de atividades relacionadas à: (i) promoção de eventos, que engloba a realização de shows e espetáculos ao vivo, peças teatrais e exposições; (ii) operações, que inclui a comercialização de tickets, venda de alimentos e bebidas e operação de casas; e (iii) patrocínios. A segmentação por atividade é, ainda, desdobrada por regiões geográficas, as quais incluem a seguinte segregação: (i) Brasil; (ii) Argentina; e (iii) Chile.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

O desempenho dos segmentos da Companhia foi avaliado com base nas receitas operacionais brutas, nos impostos, nas receitas operacionais líquidas, nos custos dos serviços prestados, nas despesas e no "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA", no lucro líquido do período e no ativo não circulante. Essa base de mensuração exclui os efeitos de juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

Nas tabelas a seguir há informação financeira sumariada relativa aos segmentos da Companhia para 30 de junho de 2020 e de 2019.

	Consolidado			
	30/06/20			
	Operações de bilheteria, alimentação e bebidas e operação de casas de espetáculo			
	Promoção de eventos	casas de espetáculo	Patrocínio	Total
Receita líquida	6.503	12.899	15.738	35.140
Custos	(12.518)	(22.820)	-	(35.338)
Lucro bruto	(6.015)	(9.921)	15.738	(198)
Despesas operacionais alocáveis aos segmentos	(4.796)	(6.139)	-	(10.935)
	(10.811)	(16.060)	15.738	(11.133)
Despesas administrativas				(20.199)
Outros resultados com investimentos				-
Resultado financeiro				(8.487)
Prejuízo antes dos impostos				(39.819)

	Consolidado			
	30/06/19			
	Operações de bilheteria, alimentação e bebidas e operação de casas de espetáculo			
	Promoção de eventos	casas de espetáculo	Patrocínio	Total
Receita líquida	168.308	36.883	47.828	253.019
Custos	(207.974)	(29.531)	-	(237.505)
Lucro bruto	(39.666)	7.352	47.828	15.514
Despesas operacionais alocáveis aos segmentos	(23.254)	(8.270)	-	(31.524)
	(62.920)	(918)	47.828	(16.010)
Despesas administrativas				(19.508)
Outros resultados com investimentos				(6.500)
Resultado financeiro				(26.288)
Prejuízo antes dos impostos				(68.306)

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

b) Informações geográficas

A receita das operações da Companhia por área geográfica está detalhada a seguir:

	Consolidado			
	01/04/20 a 30/06/20	01/01/20 a 30/06/20	01/04/19 a 30/06/19	01/01/19 a 30/06/19
<u>Receita líquida</u>				
Argentina	524	8.085	6.592	30.363
Brasil	1.472	25.941	120.081	208.613
Chile	651	1.114	5.742	14.043
	<u>2.647</u>	<u>35.140</u>	<u>132.415</u>	<u>253.019</u>

	Consolidado			
	01/04/20 a 30/06/20	01/01/20 a 30/06/20	01/04/19 a 30/06/19	01/01/19 a 30/06/19
<u>Lucro (prejuízo) bruto</u>				
Argentina	(442)	2.445	2.197	4.949
Brasil	(5.812)	(2.823)	(6.916)	9.971
Chile	(21)	180	695	594
	<u>(6.275)</u>	<u>(198)</u>	<u>(4.024)</u>	<u>15.514</u>

	Consolidado			
	01/04/20 a 30/06/20	01/01/20 a 30/06/20	01/04/19 a 30/06/19	01/01/19 a 30/06/19
<u>Lucro (Prejuízo) operacional antes dos impostos</u>				
Argentina	(3.106)	(4.591)	(8.512)	(40.610)
Brasil	(18.930)	(36.998)	(17.310)	(22.149)
Chile	(3.390)	2.523	2.654	(5.522)
Peru	(418)	(802)	(73)	(76)
USA	24	49	23	51
	<u>(25.820)</u>	<u>(39.819)</u>	<u>(23.218)</u>	<u>(68.306)</u>

34. INFORMAÇÃO SUPLEMENTAR PARA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

As seguintes movimentações na posição financeira ocorreram durante os períodos findos em 30 de junho de 2020 e de dezembro de 2019, mas não produziram mudanças no caixa e equivalentes de caixa:

- Aquisição de bens do imobilizado e intangível, para os quais não foram efetuados pagamentos no semestre findo em 30 de junho de 2020 no montante de R\$ 22 na controladora e no consolidado (R\$ 13 na controladora e no consolidado em 30 de Junho de 2019).

35. PREJUÍZO POR AÇÃO

O prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo do exercício, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (excluídas as mantidas em tesouraria) durante o mesmo período.

O prejuízo por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação, supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam a diluição. Dessa forma, o cálculo da referida média ponderada foi afetado pelos instrumentos de opções de compra de ações (nota explicativa nº 32).

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

O cálculo do prejuízo por ação está demonstrado a seguir:

	Controladora			
	01/04/20 a 30/06/20	01/01/20 a 30/06/20	01/04/19 a 30/06/19	01/01/19 a 30/06/19
Prejuízo do semestre atribuível aos acionistas da Companhia	(25.476)	(39.273)	(18.241)	(52.566)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do prejuízo básico por ação	67.286.065	67.286.065	67.286.065	67.286.065
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do prejuízo diluído por ação	67.573.125	67.573.125	67.286.065	67.286.065
Prejuízo básico por ação - em reais	(0,3786)	(0,5837)	(0,2711)	(0,7812)
Prejuízo diluído por ação - em reais	(0,3770)	(0,5812)	(0,2711)	(0,7812)

36. EVENTOS SUBSEQUENTES

Auto de infração

Em julho de 2020, a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal, onde se discute, em suma, a cobrança de valores a título de IRPJ e CSLL para os anos de 2015 a 2017, relativos à: (i) desconsideração das amortizações referentes ao ágio registrado em 14/07/2007, na operação de incorporação de empresa; (ii) imposição de multas isoladas de 50%, decorrentes da insuficiência dos pagamentos mensais de IRPJ e CSLL, em razão da exclusão mensal das parcelas de amortização do ágio; e (iii) imposição de multas qualificadas de 150% sobre os valores de IRPJ e CSLL autuados. A Receita Federal do Brasil fundamenta o auto de infração encaminhado à Companhia, em síntese, em uma suposta diminuição indevida das bases de cálculo dos referidos tributos pela exclusão do ágio nas bases tributárias. Os valores somam R\$ 47 MM em imposto de renda de pessoa jurídica (IRPJ) e R\$ 33 MM em contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), perfazendo um total de R\$ 80 MM, em julho de 2020. A Companhia apresentou impugnação aos autos de infração no prazo estabelecido, bem como afirma seu entendimento de que o ágio foi constituído de forma regular e em conformidade com legislação fiscal vigente à época. A opinião dos assessores jurídicos sobre estes autos é de que a probabilidade de perda é possível para o mérito e remota para a parcela da multa isolada relativa aos erros de cálculo nas antecipações: (i) não utilização de prejuízos fiscais no cálculo das antecipações de IRPJ e CSLL; e (ii) desconsideração das parcelas devidas nos meses anteriores no cálculo das antecipações de CSLL.

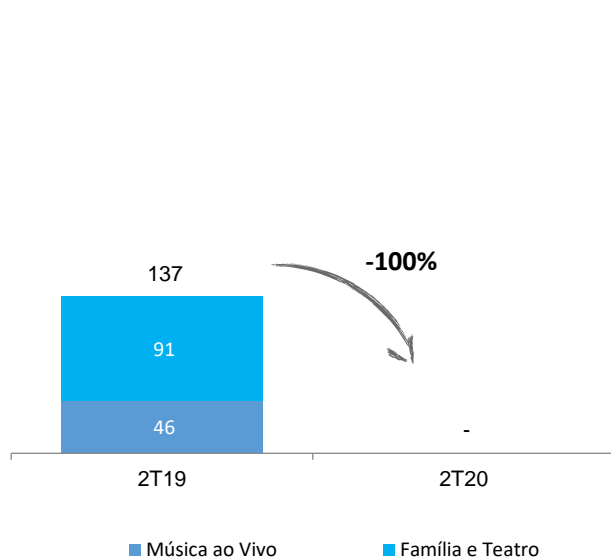
37. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas e autorizadas para divulgação em reunião do Conselho de Administração ocorrida em 12 de agosto de 2020.

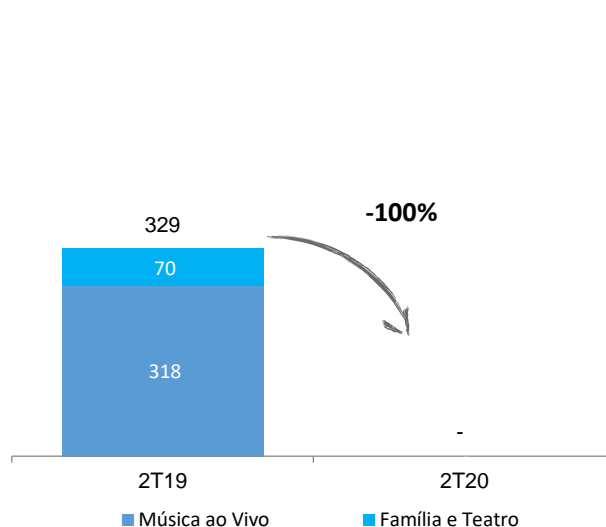
Apresentamos a seguir os comentários sobre os resultados consolidados referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2020 (2T20). Recomendamos a leitura deste material em conjunto com as Informações Trimestrais (ITR).

Comentários sobre o Desempenho Econômico-Financeiro Consolidado

Nº Eventos



Ingressos (000)



Indicadores Operacionais

Em virtude da pandemia do Covid-19 e das restrições legais impostas ao nosso setor, não promovemos nenhum evento de música ao vivo no trimestre. Logo, a comparabilidade dos dados fica distorcida, prejudicando algumas análises.

Em música ao vivo, o pipeline de eventos do 2T20 antes da paralização contava com 39 shows e 214 mil ingressos vendidos, com destaque para o Festival Lollapalooza 2020. Como informado previamente, quase todos os eventos inicialmente programados para este período foram reagendados. No 2T19, destaque para a realização do Festival Lollapalooza 2019.

Já em família e teatro, no 2T19 apresentamos o musical original da Broadway “O Fantasma da Ópera”, com 91 apresentações e 70 mil ingressos vendidos, enquanto no 2T20 não houve atividade em virtude da pandemia.

Diante das restrições legais que impediram a realização de nossos principais eventos, promovemos eventos de live streaming no período. Destaque para a apresentação da Live do Jota Quest e o Home Hour Popload Festival que, além da participação de Emicida, Tulipa Ruiz, Duda Beat entre outros destaques musicais,

contou também com atrações como bate papo com artistas, conteúdos com bartenders mulheres e dicas de consumo alcoólico responsável.

Receita Líquida

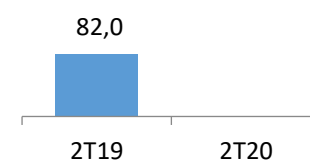
Receita Líquida (R\$ mm)	1S19	1S20	Var. %	2T19	2T20	Var. %
Promoção de Eventos	168,3	6,5	-96%	82,0	(0,0)	-100%
Música ao Vivo	143,7	5,8	-96%	69,7	(0,0)	-100%
Eventos Família e Teatro	22,1	0,1	-100%	10,0	0,0	-100%
Eventos Esportivos	2,5	0,6	-76%	2,3	0,0	-100%
Oper. de Bilheteria, A&B e Venues	36,9	12,9	-65%	21,5	1,1	-95%
Patrocínio	47,8	15,7	-67%	28,9	1,5	-95%
Promoção de Eventos	41,7	13,1	-69%	25,7	1,3	-95%
Oper. de Bilheteria, A&B e Venues	6,2	2,6	-57%	3,2	0,3	-92%
TOTAL	253,0	35,1	-86%	132,4	2,6	-98%
Número de Eventos	281	11	-96%	137	-	-100%
Ingressos Vendidos (000)	717	37	-95%	388	-	-100%
Preço Médio por Ingresso (R\$)	234	169	-28%	210	-	-100%

Neste contexto, a receita líquida auferida no 2T20 foi de R\$2,6 milhões e é oriunda basicamente da operação de bilheteria e patrocínios.

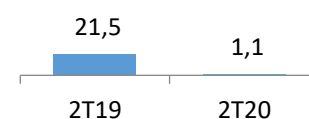
A receita líquida de operações de bilheteria, A&B e venues atingiu R\$1,1 milhão no 2T20, 95% inferior a registrada no mesmo período do ano anterior. Diante da ausência de eventos neste trimestre, tal receita consistiu basicamente do reconhecimento da taxa de conveniência dos ingressos comercializados no período.

A receita líquida de patrocínios totalizou R\$1,5 milhão no 2T20, 95% abaixo do mesmo período de 2019. Enquanto no 2T19 reconhecemos a receita atrelada ao festival Lollapalooza, no 2T20 foi contabilizado apenas os patrocínios dos eventos promovidos via live streaming e parte dos valores de naming rights das casas de espetáculo de abril.

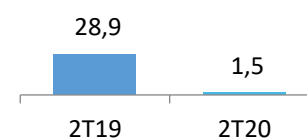
Promoção de Eventos R\$ mm



Operação de Bilheteria, A&B e Venues R\$ mm



Patrocínios R\$ mm



Lucro Bruto

Lucro Bruto (R\$ mm)	1S19	1S20	Var. %	2T19	2T20	Var. %
Promoção de Eventos	(39,7)	(6,0)	85%	(38,3)	0,2	101%
Operação de Bilheteria, A&B e Venues	7,4	(9,9)	-235%	5,4	(8,0)	-249%
Patrocínio	47,8	15,7	-67%	28,9	1,5	-95%
Lucro Bruto	15,5	(0,2)	-101%	(4,0)	(6,3)	-56%
<i>Margem Bruta (%)</i>	<i>6,1%</i>	<i>-0,6%</i>	<i>-6,7 p.p.</i>	<i>-3,0%</i>	<i>-236,9%</i>	<i>-233,9 p.p.</i>

O lucro bruto auferido no 2T20 foi negativo em R\$6,3 milhões versus R\$4,0 milhões negativos no 2T19.

Em 2020 registrou-se o custo fixo de manutenção das venues e custo das lives promovidas no período ao passo que, em 2019, o resultado foi afetado negativamente pela realização do Lollapalooza. Lembramos que, em função das particularidades no processo de reconhecimento de resultado, parte da receita do evento foi registrada antecipadamente.

Despesas (Receitas) Operacionais

Despesas (Receitas) Operacionais (R\$ mm)	1S19	1S20	Var. %	2T19	2T20	Var. %
Vendas	(0,7)	(0,6)	8%	(0,3)	(0,1)	75%
Gerais e Administrativas	(26,7)	(22,6)	15%	(15,0)	(9,3)	38%
Remuneração dos Administradores	(3,9)	(4,3)	-12%	(2,6)	(2,0)	21%
SG&A	(31,2)	(27,6)	11%	(17,9)	(11,4)	36%
Outras receitas (despesas) operacionais	(19,9)	(3,5)	82%	(1,6)	(3,2)	-95%
Total	(57,5)	(31,1)	46%	(18,6)	(14,6)	21%
<i>% Total/Receita Líquida</i>	<i>22,7%</i>	<i>88,6%</i>	<i>65,9 p.p.</i>	<i>14,0%</i>	<i>552,4%</i>	<i>538,3 p.p.</i>

O SG&A diminuiu 36% no período devido a: (i) redução do quadro de colaboradores; (ii) suspensão de alguns contratos de trabalho usufruindo dos benefícios da Medida Provisória 937; (iii) renegociação e/ou suspensão de alguns contratos de serviços.

Já o total de outras despesas operacionais aumentou 95% em relação ao 2T19 devido, principalmente, a registros de provisão para contingências no valor de R\$3,3 milhões, cujo prognóstico de perda foi alterado para provável. Deste valor, aproximadamente R\$1,7 milhão dizem respeito a processos cíveis de 2009 e 2010 e R\$1,3 milhão a processos trabalhistas do Metropolitan de exercícios anteriores.

Na comparação entre os semestres, houve uma redução de despesas da ordem de R\$26,4 milhões devido, principalmente, a provisão de perda provável de ação judicial na Argentina, com impacto na linha de “Outras despesas operacionais” de R\$17,6 milhões apropriada ao resultado no primeiro semestre de 2019.

EBITDA

Reconciliação do EBITDA (R\$ mm)	1S19	1S20	Var. %	2T19	2T20	Var. %
Lucro Líquido (Prejuízo)	(52,5)	(39,7)	24%	(18,2)	(25,6)	-41%
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	(15,8)	(0,1)	99%	(5,0)	(0,2)	96%
(+) Resultado Financeiro Líquido	26,3	8,5	-68%	0,6	4,9	725%
(+) Outros Resultados com Investimentos	6,5	-	-100%	(0,9)	-	100%
(+) Depreciação	7,8	10,8	38%	3,9	5,4	38%
=EBITDA	(27,7)	(20,6)	26%	(19,6)	(15,5)	21%
<i>Margem EBITDA (%)</i>	<i>-10,9%</i>	<i>-58,5%</i>	<i>-47,6 p.p.</i>	<i>-14,8%</i>	<i>-585,5%</i>	<i>-570,7 p.p.</i>
EBITDA Ajustado (excl. efeitos não-recorrentes) ⁽¹⁾	(10,1)	(20,6)	-103%	(18,7)	(12,2)	35%

Como consequência, o EBITDA no 2T20 ficou negativo em R\$15,5 milhões versus EBITDA negativo de R\$19,6 milhões no 2T19. Excluindo os efeitos não recorrentes ligados a contingências, o EBITDA Ajustado foi de R\$12,2 milhões negativos versus R\$ 18,7 milhões negativos, respectivamente.

Resultado Financeiro

Resultado Financeiro (R\$ mm)	1S19	1S20	Var. %	2T19	2T20	Var. %
Receitas Financeiras	6,3	2,7	-57%	3,7	1,5	-60%
Juros Ativos	1,8	0,5	-72%	1,4	(0,1)	-109%
Rendimentos de Aplicações Financeiras	4,4	2,1	-52%	2,2	1,6	-30%
Outros	0,1	0,1	-15%	0,0	0,0	-12%
Despesas Financeiras	(8,7)	(8,0)	8%	(4,9)	(2,8)	43%
Juros Passivos	(1,2)	(0,2)	86%	(0,2)	(0,0)	81%
Juros com Empréstimos - Debêntures	(4,7)	(3,1)	33%	(2,3)	(1,4)	40%
Impostos sobre Transações Financeiras	(1,1)	(0,5)	55%	(0,6)	(0,2)	65%
Outros	(1,8)	(4,3)	-143%	(1,7)	(1,2)	34%
Receitas - Despesas Financeiras	(2,4)	(5,3)	-121%	(1,3)	(1,4)	-8%
Variação Cambial, Monetária e Hiperinflação	(23,9)	(3,2)	87%	0,7	(3,6)	-642%
Variação Cambial	(0,7)	1,2	274%	(0,5)	(1,1)	-115%
Variação Monetária	(17,6)	(0,8)	96%	1,5	(0,1)	-108%
Variação Hiperinflação	(5,6)	(3,6)	36%	(0,3)	(2,4)	-689%
Resultado Financeiro Líquido	(26,3)	(8,5)	68%	(0,6)	(4,9)	-725%

No 2T20, o resultado financeiro líquido foi negativo em R\$4,9 milhões, versus resultado negativo de R\$0,6 milhão no 2T19, devido principalmente ao:

- (i) Ajuste contábil de hiperinflação na Argentina com efeito líquido negativo equivalente a R\$2,4 milhões, sendo R\$3,7 milhões em “outras despesas financeiras” e R\$1,3 milhão como efeito positivo em “outras receitas financeiras”;
- (ii) Redução em rendimentos de aplicações financeiras por conta do impacto da redução de juros; e
- (iii) Variação cambial do saldo de disponibilidade em dólar, com alta considerável ao longo do trimestre, e variação cambial intercompany atrelada aos empréstimos realizados com as operações fora do Brasil.

Vale ressaltar que, no 1S19, o resultado financeiro foi impactado pelo efeito não-recorrente da provisão de R\$17,3 milhões referentes a juros de mora da ação judicial na Argentina na conta de variação monetária.

Lucro Líquido (Prejuízo)

Lucro Líquido (Prejuízo) (R\$ mm)	1S19	1S20	Var. %	2T19	2T20	Var. %
Resultado Antes de Impostos	(68,3)	(39,8)	42%	(23,2)	(25,8)	-11%
(-) IRRF e CSSL (Corrente)	(0,8)	(0,7)	15%	(0,8)	(0,3)	66%
(-) IRRF e CSSL (Diferido)	16,6	0,8	-95%	5,8	0,5	-92%
Lucro Líquido (Prejuízo)	(52,5)	(39,7)	24%	(18,2)	(25,6)	-41%
<i>Margem Líquida (%)</i>	<i>-20,8%</i>	<i>-113,1%</i>	<i>-92,3 p.p.</i>	<i>-13,8%</i>	<i>-968,3%</i>	<i>-954,6 p.p.</i>
Lucro Líquido (Prejuízo) (excl. efeitos não-recorrentes)⁽¹⁾	(11,3)	(39,7)	-251%	(18,2)	(22,3)	-23%
<i>Margem Líquida (excl. efeitos não-recorrentes)⁽¹⁾</i>	<i>-4,5%</i>	<i>-113,1%</i>	<i>-108,6 p.p.</i>	<i>-13,8%</i>	<i>-843,7%</i>	<i>-829,9 p.p.</i>

Em virtude dos resultados recentes e do volume de créditos fiscais registrados no balanço, a Companhia optou por não registrar IR/ CSSL diferido até que tenhamos maior clareza quanto a retomada de nossas operações.

Como consequência dos fatores mencionados, o trimestre encerrado em 30 de junho de 2020 apresentou resultado líquido negativo de R\$25,6 milhões.

Capital de Giro

Capital de Giro (R\$ mm)	2T19	1T20	2T20	Var. % (2T20/1T20)	Var. % (2T20/2T19)
Ativo Circulante	96,7	154,3	136,6	-11%	41%
Passivo Circulante	104,2	194,7	180,4	-7%	73%
Capital de Giro	(7,5)	(40,4)	(43,8)	-8%	-482%

No 2T20 apresentamos capital de giro negativo de R\$43,8 milhões, versus R\$40,4 milhões negativo no 1T20 e R\$7,5 milhões negativo no 2T19. A variação do capital de giro deve-se, principalmente, a não abertura de novas vendas durante a pandemia e a redução do saldo de contas a receber de clientes. Na comparação com o 2T19, observa-se um aumento significativo do capital de giro em função do adiamento do Lollapalooza.

A manutenção do capital de giro negativo é inerente ao nosso modelo de negócios, no qual apresentamos venda antecipada de ingressos e recebimento antecipado de alguns patrocínios (registrados em adiantamentos de clientes), ao passo que a maior parte dos pagamentos a fornecedores concentra-se em datas próximas à realização dos eventos.

Caixa e Endividamento

Caixa e Endividamento (R\$ mm)	1S19	1S20	Var. %	2T19	2T20	Var. %
Fluxo de Caixa Operacional	30,8	3,8	-88%	(33,5)	(9,2)	72%
Fluxo de Caixa de Investimento	(4,1)	(0,6)	86%	(0,8)	(0,2)	80%
Fluxo de Caixa de Financiamento	(16,8)	(9,6)	43%	(8,5)	(5,0)	41%
Variação Cambial sobre Saldos de Caixa	12,3	14,7	19%	5,9	9,8	65%
Aumento (Redução) em Caixa e Equivalentes	22,1	8,3	-63%	(36,8)	(4,6)	88%
Saldo de Caixa + Aplicações	224,1	217,9	-3%	224,1	217,9	-3%
Empréstimos e Financiamentos - CP	28,8	48,9	70%	28,8	48,9	70%
Passivo de Arrendamento - CP	-	17,7	n.a	-	17,7	n.a
Empréstimos e Financiamentos - LP	125,0	72,0	-42%	125,0	72,0	-42%
Passivo de Arrendamento - LP	-	22,2	n.a	-	22,2	n.a
Endividamento Total	153,8	160,7	5%	153,8	160,7	5%
Caixa (Dívida) Líquido	70,3	57,2	-19%	70,3	57,2	-19%

Encerramos o 2T20 com R\$217,9 milhões em caixa, versus R\$224,1 milhões no 2T19 e R\$222,5 milhões no 1T20:

- Caixa operacional: consumimos R\$9,2 milhões com o pagamento de despesas administrativas, gastos com manutenção e facilities das nossas venues;
- Investimentos: foram gastos R\$0,2 milhão em capex de manutenção.
- Financiamento: (i) despendemos R\$1,6 milhão com o pagamento de passivos de arrendamento referente aos contratos de aluguel de longo prazo das casas de espetáculos; e (ii) R\$3,4 milhões com juros relativos à 3ª emissão de debêntures; e
- Por fim, registrou-se variação cambial positiva de R\$9,8 milhões, em sua maioria fruto da valorização das disponibilidades em moeda estrangeira.

A variação do saldo de caixa em relação ao trimestre anterior mostrou-se pouco expressiva, refletindo a efetividade das ações implementadas pela administração na preservação do caixa. Importante lembrar que, em maio, concluímos com êxito o reperfilamento das debêntures, alterando o fluxo de amortizações inicialmente previsto de maio para novembro de 2020, contribuindo para sustentação do caixa no período. Isso nos dá ainda mais segurança para atravessarmos a pandemia e aproveitar as circunstâncias para, seletivamente, iniciarmos movimento de consolidação do mercado.

Ressaltamos que a norma CPC 06/IFRS16 removeu a distinção entre arrendamentos operacionais e financeiros e requer o reconhecimento de um ativo (bens de direito de uso) e um passivo financeiro relacionado como pagamento de aluguéis para praticamente todos os contratos de arrendamento. Por esse motivo, a partir de 1º de janeiro de 2019, os empréstimos e financiamentos passaram a refletir os nossos contratos de arrendamento com prazo superior a 12 meses.

Com isso, encerramos o 2T20 com: (i) endividamento total de R\$160,7 milhões (+5% vs. 2T19) e (ii) caixa líquido de R\$57,2 milhões (-19% vs. 2T19).

Pipeline de Eventos

Nosso pipeline de eventos está em constante avaliação e sujeito aos desdobramentos da pandemia. Parte do conteúdo prevista para 2020 já foi reagendada para 2021. Entretanto, conforme comunicados das autoridades do Governo e de Saúde, observando-se os rígidos protocolos, existe a possibilidade de um retorno das atividades a partir do 4T20, com eventos de menor porte e capacidade reduzida.

Nesse sentido, a partir de julho, demos início à promoção das categorias de Stock Car e Stock Light. Excepcionalmente e pela primeira vez em sua história, não contará com a presença de público. A 1ª etapa ocorreu em 26 de julho no Autódromo de Goiânia. As próximas 2 etapas estão agendadas para os 22 e 23 de agosto no Autódromo de Interlagos, onde promoveremos a Corrida do Milhão Solidária.

Adicionalmente, importante destacar que, em maio, promovemos algumas live streamings com shows do Jota Quest e o Home Hour Popload Festival, que contou com a participação dos artistas Emicida, Tulipa Ruiz, Duda Beat, dentre outros.